



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

HUGO MARTINS GOMES

**TERRITÓRIOS DESIGUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - A (DE)FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM VIÇOSA - MG**

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2021

HUGO MARTINS GOMES

TERRITÓRIOS DESIGUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - A (DE)FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM VIÇOSA - MG

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Viçosa
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Diogo Tourino de Sousa

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2021

HUGO MARTINS GOMES

TERRITÓRIOS DESIGUAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - A (DE)FORMAÇÃO DO
ESPAÇO URBANO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO EM VIÇOSA - MG

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa
como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Dr. Diogo Tourino de Sousa
Orientador (DCS - UFV)

Dra. Teresa Cristina de Almeida Faria
Avaliadora (DAU - UFV)

Dr. Antônio Carlos Miranda
Avaliador (DCS - UFV)

Dr. Gustavo Soares Iorio
Avaliador (DGE - UFV)

VIÇOSA - MINAS GERAIS

2021

Dedico a todas as pessoas que contribuíram para a minha formação acadêmica, desde o berço até os dias atuais. Cada um/uma contribuiu de forma marcante para que eu chegasse onde cheguei.

AGRADECIMENTOS

A meu núcleo familiar mais próximo. Meu pai Marcello, minha mãe Márcia, minha irmã Mariana, meu avô Zé e minha vó Leninha. A meus irmãos peludos, Tuco, Princesa e Fiorela. Todos/as aqui estiveram presentes a todo tempo e me ajudaram das diversas formas possíveis e imagináveis.

Aos amigos/as de Nova Friburgo. Em especial, aos amigos da Turminha, Pedro, Ártus, Norton, Franco, Matheus Moraes, Lucas Schwenck, Nickolas, José Renato, Luan e Gabriel. Estiveram comigo nos melhores e piores momentos durante uma trajetória que excedeu o período universitário. Meus mais singelos agradecimentos. Também vale a menção aos amigos do tempo de escola, mas especialmente a Matheus Fontão, Yuri Neves e o já dito acima Lucas Schwenck. Compomos a Grota e formamos um núcleo de amizade que carrego comigo no coração e nas histórias (e mentiras) que conto por Viçosa, também me ajudando e sendo fundamentais em períodos importantes da minha vida. Ao grande vascaíno Henrique, parceiro de futebol, pessoa que compartilhamos risadas e choros (muitas vezes ligadas ao nosso time do coração); Júlia Fernandez, amiga que veio para a colônia friburguense em Viçosa tal como eu; e Iven Martins, amigo de podrão e de discussões (quase) sempre acaloradas, porém de imenso respeito e por vezes com um humor “peculiar”.

Aos amigos/as de Viçosa, me orgulho de dizer que são muitos/as. Em especial, aos amigos/as do curso de Ciências Sociais, Jean, Kuarahy, Pedro Pio, Tainá, Vinícius, Tales Santos, Thalles Graciano, Daniboy, Ariadne, Gustavo Arruda, Lidyane, Noah Oshiro, Carol Palhares, Ladyjulia, Tayna, Carol Macedo, Abilene, Gianini, Caetano Marciano, Caetano Campos e Pedro Terra. Cada um/a de vocês tornaram a minha estadia em Viçosa mais agradável, divertida e menos sofrida. Não caberiam palavras aqui para dizer o quanto eu sou grato por ter tido a oportunidade conhecer cada um/a que aqui mencionei. Vocês me marcaram até demais, levarei todos/as para a minha vida inteira e espero do fundo do coração que eu possa reencontrá-los/las sempre que possível.

Aos amigos Bobos & Tolos, que tive a honra de conhecer ao longo da trajetória na UFV. Como nós dizemos, “pode citar os nomes?”. Cito aqui Yuri Laranja, Yuri Said, Gustavo, Daniel Pires, Daniel Reis, Jonas, Bruno Gabriel, Guilherme Capita, Hugo

Casemiro, Wesley, Pedro Lima, Bruno Martins e Norton Almeida. Amigos das altas risadas geradas pelos mais diversos motivos, os levarei para sempre no lado esquerdo do peito.

Aos amigos que compartilharam comigo a experiência no TG, em especial a Igor, Padula e Ícaro, que estiveram junto comigo durante aquele período e até hoje. Não foi fácil, o que fica são as coisas boas e foi ótimo estar com os senhores.

Aos amigos/as do Futebol da CIS, que compartilharam comigo belos momentos de correria, cansaço, belos gols e jogadas, vamos dizer, “fora da curva”. Os sábados eram sempre momentos de felicidade ao lado de vocês, e com vocês “O Futebol respira”.

A lista de agradecimentos se encerra por aqui, pois do contrário eu excederia em palavras e páginas o permitido para essa monografia. Cada pessoa que esteve comigo em algum período da minha trajetória mundana tem um lugar nas boas e más memórias, mas o que fica é sempre o meu agradecimento, pois cresci e continuarei crescendo com cada experiência compartilhada e que ainda virão. Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a dinâmica urbana do Bairro Santo Antônio, no município de Viçosa - MG, no que se refere aos processos de formação de territórios desiguais e ao direcionamento das políticas públicas urbanas, buscando identificar as razões para a existência de desigualdades de investimentos, bem como criticar as possíveis razões para alguma defasagem de distribuição dos recursos, sob olhares da sociologia, política, geografia, do planejamento urbano e urbanismo. Objetivou-se identificar os problemas públicos do bairro e os processos de exclusão e segregação social e territorial e os mecanismos que atuam nele.. As metodologias adotadas foram o estudo de caso, a fim do melhor aprofundamento da situação em questão, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas com amostragem intencional, buscando relatos de pessoas envolvidas com a vida política, social e histórica do bairro. A pesquisa identificou um processo de formação no bairro que, até os dias de hoje, é feito de forma desigual entre as localidades do bairro. Os problemas públicos identificados no bairro majoritariamente são de estrutura e infraestrutura, gerados por seu processo desigual de formação, e a distribuição dos problemas segue a mesma lógica. Foi identificada, outrossim, participação comunitária mais ligada a indivíduos e líderes comunitários do que de forma propriamente coletiva. No entanto, as disputas políticas da cidade são presentes no bairro na forma de conflitos e consonâncias entre grupos de interesse atuantes: o poder público, capital imobiliário e moradores/as. Além disso, foram identificados, no bairro, processos de exclusão territorial a partir de marcadores sociais de classe e raça, sendo delineados por duas avenidas, a Joaquim Lopes de Faria e a Castelo Branco, e uma rua, a Antônio Lopes Lelis, separando o bairro em três localidades sob mesma lógica territorial: Morro da Coruja e Buraco da Lacreia; Parthenon; e a parte do bairro mais próxima ao Centro. À guisa de conclusão, a pesquisa conseguiu observar o direcionamento das ações públicas e investimentos, sendo as maiores regularidades nas áreas mais ricas e brancas e os maiores problemas sendo nas áreas com maiores problemas sendo a de população mais pobre e negra, identificando a formação de territórios desiguais a partir da sua (de)formação territorial.

Palavras-chave: exclusão territorial; cidade; políticas públicas; territórios desiguais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the urban dynamics of the Santo Antônio neighborhood in the municipality of Viçosa - MG regarding the formation processes of unequal territories and the direction of urban public policies, seeking to identify the reasons for the existence of investment inequalities, as well as criticize the possible reasons for some lag in the distribution of resources, from the perspectives of sociology, politics, geography, urban planning, and urbanism. The objective was to identify which processes of exclusion and social and territorial segregation and the mechanisms that act in it. The adopted methodologies were the case study, towards the further deepening of the situation in question, as well as the carrying out of semi-structured interviews with intentional sampling, seeking reports of people involved with the political, social, and historical life of the neighborhood. The research identified a formation process in the neighborhood that, to this day, is done unevenly between the localities of the neighborhood. Community participation was also identified as more closely linked to individuals and community leaders than in a properly collective way. However, the political disputes of the city are present in the neighborhood in the form of conflicts and consonances between acting interest groups: the government, real estate capital, and residents. In addition, processes of territorial exclusion were identified in the neighborhood from social markers of class and race, being delineated by two avenues, Joaquim Lopes de Faria and Castelo Branco, and a street, Antônio Lopes Lelis, breaking the neighborhood into three localities under the same territorial logic: Morro da Coruja and Buraco da Lacreia; Parthenon; and the part of the neighborhood closest to downtown (Centro). In conclusion, the research was able to observe the direction of public actions and investments, with the highest regularities in the richer and whiter areas and the areas with the greatest problems being the ones with the poorer and blacker population, identifying the formation of unequal territories from their territorial formation (or lack thereof).

Key-words: territorial exclusion; city; public policies; unequal territories

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	10
2 - REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 - Políticas Públicas como um conceito em disputa.....	12
2.2 - Território, Poder e Globalização.....	14
2.3 - As Cidades, a Política e os Grupos de Interesse: Conflitos num espaço em disputa.....	17
2.4 - Sociedade, Planejamento Urbano e a Concepção de Política no Espaço Urbano.....	21
3 - METODOLOGIA	28
4 - RESULTADOS	32
4.1 - Bairro Santo Antônio: história, formação territorial e lógica de expansão.....	32
4.2 - Conflitos Urbanos e Problemas Públicos.....	41
4.3 - Participação Comunitária e a Política no Espaço Urbano.....	49
4.4 - Exclusão Territorial, Grupos de Interesse e Marcadores Sociais.....	59
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1. INTRODUÇÃO

Durante algum tempo, o crescimento das áreas urbanas levanta na comunidade acadêmica diversas questões, que vão desde a formação e o porquê da existência de grupos subalternos urbanos até questionamentos de como a configuração das cidades influencia no comportamento de seus habitantes. A cidade se mostra um lugar que merece atenção das mais diversas áreas da ciência, assim como revela contextos em que é necessário um debate interdisciplinar para interpretar os fenômenos urbanos. Além disso, mesmo nas pequenas cidades, grandes paradigmas e prismas teóricos podem ser usados para se pensar as realidades peculiares que cada uma possui. Situar esses paradigmas, é uma tarefa que ajuda a compreender quais processos históricos, sociais e culturais estão atuantes no espaço urbano e quais são os que podem ser considerados.

Os processos de diferenciação da cidade, no sentido de uma formação desigual, colocam em evidência não só as teorias que emergem sobre prováveis grandes estruturas de pensamento, como processos de espoliação urbana (Kowarick, 1979), que podem ser definidos como um movimento de expulsão das classes mais pobres para as periferias da cidade, ou mesmo a globalização (Santos, 2006), entendido como uma grande configuração do capitalismo em escala global de influências socioespaciais. Com isso, leva-se ao questionamento acerca das razões pelas quais as zonas ricas e pobres das cidades se formam, assim como o direcionamento de recursos públicos (ou privados) para o desenvolvimento (ou não), por exemplo, de regiões segregadas pelos processos brevemente descritos acima.

O estudo das formas de planejamento urbano também pode ser pensado como um fator agravante de desigualdades na medida que, como foi mostrado por Jacobs (2000), existem formas não democráticas ou mesmo injustas e ineficazes de promoção de uma cidade mais diversa nesses projetos que pensam o espaço urbano e as suas divisões internas - assim como os objetivos esperados sob uma morfologia urbana adotada. Isso é reiterado, ademais, por Rolnik (2009), uma vez que se investigou também as morfologias políticas territoriais para evidenciar um favorecimento de determinadas áreas urbanas em relação a outras. Por exemplo, por interesses privados e clientelistas que, como argumenta a autora, produzem cidades com problemas estruturais continuados e, portanto, cidades menos democráticas num processo de interlocução com a sociedade.

Em virtude do que foi referenciado acima, a presente pesquisa pretende analisar a dinâmica urbana do Bairro Santo Antônio no município de Viçosa - MG no que se refere aos processos de formação de territórios desiguais e ao direcionamento das políticas públicas urbanas, buscando identificar as razões para a existência de desigualdades de investimentos, bem como criticar as possíveis razões para alguma defasagem de distribuição dos recursos, sob olhares da sociologia, política, geografia, do planejamento urbano e urbanismo.

Com isso, de forma sistemática, os objetivos da pesquisa são:

- Objetivo Geral: Identificar os processos de exclusão e segregação social e territorial e os mecanismos que atuam no bairro Santo Antônio de forma a interligá-los, tal como identificar as razões para o direcionamento das atenções públicas para as suas localidades em detrimento de outras no bairro, assim como os problemas públicos do mesmo.
- Objetivo Específico I: Observar marcadores sociais e políticos que evidenciem possíveis razões para as diferenças de desenvolvimento dos territórios do bairro.
- Objetivo Específico II: Observar e analisar políticas públicas de planejamento urbano já existentes, como os planos diretores, tanto em vigência quanto o projeto em processo de discussão na Câmara de Vereadores de Viçosa-MG, como uma forma de produção de desigualdades territoriais, também observando as desigualdades de investimentos e buscando suas razões, assim como os grupos de interesse envolvidos nas disputas políticas pelo espaço urbano e pelos territórios em questão.

A importância da pesquisa se dá pela demanda do município de Viçosa por resultados específicos na área urbana na medida que é possível que existam desigualdades marcantes entre e nos bairros. Entender os processos, causas e mecanismos de exclusão é importante para a comunidade como um todo, mas também para a gestão pública que, com os eventuais dados levantados, podem pensar políticas públicas específicas para tais problemas. Além disso, a justificativa para a importância da execução da pesquisa também ocorre em busca do enriquecimento do conhecimento sobre/do município e de seus bairros, contribuindo com a localidade e realizando investigações que buscam o fazer democrático em sua essência, uma vez que visa-se alternativas para a redução das desigualdades. No caso específico do bairro Santo Antônio, um dos mais populosos do município, produzir resultados que contribuam

para o enriquecimento do conhecimento sobre a realidade do bairro ajuda o município a elucidar sobre problemas públicos dessa localidade e, de forma comparativa, que podem ser também a situação de outras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Políticas Públicas como um conceito em disputa

O conceito de políticas públicas possui uma trajetória histórica e de correntes conflitantes, estando, assim, em disputa e constante tensão. No entanto, alguns aspectos perpassam a literatura de forma relativamente consensual, como a ideia de que políticas públicas são majoritariamente guiadas pela ação estatal e, num recorte temporal, pelos grupos que detêm seu poder de forma provisória - os governos. Como esclarece Souza (2006, p. 25):

No entanto definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Sendo assim, são os vários atores que compõem esse todo e que tensionam o Estado e os governos a tomar as decisões. A chegada de pautas no poder público para que se elejam as prioridades de uma agenda política é um momento crucial na definição do direcionamento da distribuição dos recursos, não só para as localidades em si (pressupondo um privilegiamento político eleitoral como redes de clientela, por exemplo), mas também para as demandas de uma sociedade que constantemente muda, se reconfigura e se vê diante de problemas públicos (SECCHI, 2013) que seguem a mesma dinâmica de surgimento de acordo com as necessidades dessa sociedade. Em suma, o conceito de políticas públicas pode ser resumido da seguinte forma:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no

estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Esse “jogo” de variáveis, e aqui falarei das dependentes, é de fundamental importância para a composição e direcionamento das ações e recursos públicos. Uma agenda de governo que se modifica a partir de diversas variáveis que surgem durante a gestão deve saber lidar com problemas antigos e problemas novos. Como um exemplo, resolver pendências de uma rede de esgoto para aqueles que precisam desse serviço é um problema público para as localidades e, dado o avanço dos serviços, pode-se dizer que é um problema já antigo com que gestores (não) lidaram. Ao mesmo tempo, buracos no asfalto e consequências de chuvas fortes, como deslizamentos de barreiras, por exemplo, são demandas que surgem na medida dos acontecimentos.

Para fins de comparação, não pretende-se discutir o porquê de acontecerem deslizamentos de barreiras e um possível (e até mesmo provável) descaso do poder público com a engenharia pública no que se refere à forma como a ocupação do solo é feita. O espírito da questão é o problema que emerge e pede ação e atenção dos agentes públicos. No entanto, ainda vale mesmo a reflexão sobre o exemplo supracitado, uma vez que o descaso com a engenharia pública também pode ser lido como um problema antigo e pode ser uma demanda de uma população que vive sob condições de perigo constante.

Durante todo o processo de identificação do problema, a formação de uma agenda, a busca por soluções, a escolha das soluções, sua implementação e avaliação (conhecido como o ciclo de políticas públicas), muito se reflete sobre esse escorregadio terreno, uma vez que inúmeros fatores devem ser levados em consideração. Correntes que analisam a diversidade de problemas, correntes que refletem sobre as razões para não se colocar determinados problemas públicos em pauta e toda a negociação política em torno deste tema suscitaram debates interdisciplinares que, decerto, contribuem para a formulação do campo de estudo das políticas públicas. A participação de uma sociedade, o sentido coletivo das ações, os indivíduos como sendo capazes de proporcionar (ou não) mudanças em seu meio e, claro, a ideia da barganha *versus* persuasão são somente alguns dos temas que perpassam todas as etapas do processo de formulação das políticas públicas e mesmo na forma como se enxerga

o conceito. No entanto, uma boa forma de se pensar tal problema é possível. Como bem resume Souza (2006, p. 40):

Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Como já dito acima e melhor explicado pela autora, a análise de políticas públicas envolve muitos agentes e diversas variáveis. De certa forma, os problemas sociais e políticos são dados como um consenso ao se pensar a melhor forma de refletir sobre políticas públicas e seus desdobramentos numa sociedade que, em seu devido teor analítico, é complexa em muitos sentidos.

Portanto, aqui discute-se problemas públicos. Dada a diversidade de problemas, uma vez que são construídos a partir de inúmeros agentes sociais e públicos e confluem com a formação de uma agenda, para este trabalho o foco são aqueles que se concentram no espaço urbano. A partir disso, é necessário pensar, por conseguinte, conceitos e categorias que influenciam diretamente na composição desse espaço e, com isso, na vida das pessoas que são afetadas pelos problemas públicos.

2.2. Território, Poder e Globalização

Ao pensar as categorias que surgem a partir do problema urbano, a literatura é vasta quando se pensa nas suas morfologias. Para a pesquisa, é importante levar em consideração o contexto em que se encaixa os problemas dos investimentos em políticas públicas urbanas e suas nuances, seja tanto por questões ditas “locais” como “globais”.

Território é uma categoria de análise imprescindível, dados os seus desdobramentos históricos e sociais em um contexto que, certamente, se mostra definidor para ajudar a compreender temáticas como o surgimento das desigualdades e de processos de exclusão social. Koga (2003) nos elucida bem a questão da perspectiva das políticas públicas sociais a partir do território, dado que ele é dotado de peculiaridades passíveis de análises que merecem atenção da sociedade e poder público. Pode-se pensar isso uma vez que

Hoje, o estudo do território na perspectiva das políticas sociais públicas torna-se um instrumento importante ao levar em conta os aspectos culturais, as condições de sobrevivência, os sujeitos que fazem parte da multifacetada sociedade em questão. Este olhar a partir das condições concretas de vida das populações pode contribuir para a ampliação da ótica sobre as situações de exclusão social e formas de combatê-las mais eficazmente (KOGA, 2003, p.80)

A partir dessa ideia, a autora nos provoca a considerar fatores que, em última instância, devem pensar a política no território. Isso é importante, pois o conhecimento, tanto dos moradores do território como do poder público, favorecem uma ação política voltada para buscar informações e, num contexto de divisão territorial, isso é fundamental para se pensar o território como uma categoria que escapa da priorização a análises técnicas e administrativas, expandido as formas de se medir e pensar a cidade. A autora elucida a questão supracitada de forma sucinta:

Portanto, a divisão territorial implica um processo que vai além do aspecto técnico-administrativo, sendo também um fator político. Quanto melhor se conhece o espaço onde se vive, maiores as possibilidades de seus moradores intervirem no mesmo. Quanto menos dispersas as informações, maiores as chances de serem comparadas e representarem uma visão de totalidade da cidade. (KOGA, 2003, p.153)

Essa divisão territorial é objeto central da investigação, dada a possibilidade de expansão de suas relações no espaço, trazendo novas características para a categoria território a partir dessa definição. Conforme argumenta Haesbaert (2018, p. 57), o território “em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder político no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.” Assim, há de se pensar esse conjunto de saberes sobre o território e a sua ordem social predominante e, portanto, a sua “territorialidade”, que, “além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está ‘intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significados ao lugar’” (HAESBAERT, 2018, p. 59). Trazendo a noção de territorialidade e sua importância na ordem do simbólico, os horizontes se expandem na medida que, pensando

a cidade, cada elemento existente e cada relação de poder estabelecida ganha novos significados num contexto urbano específico.

Para pensar as influências, saberes e relações nos territórios, convém pensar os conceitos de “horizontalidades” e “verticalidades”, expostos por Santos (2006). Segundo o autor,

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2006, p. 193)

Logo, os espaços podem sofrer influências de discursos hegemônicos, como as grandes estruturas de pensamento, caso se aborde a ideia de uma exclusão sistêmica de, por exemplo, pessoas negras para as regiões periféricas das cidades, assim como questões ditas locais, como lógicas de exclusão ou inclusão locais, pensando, por exemplo, a ideia de clientelismo nas diversas regiões urbanas. Ainda assim, vale ressaltar que, ainda segundo Santos (2006), essas noções podem se confundir no sentido de não haver uma mútua exclusão: as lógicas locais e globais reverberam umas nas outras. O que o autor entende como um “teatro” é uma metáfora feliz para se pensar a dinâmica das influências exercidas entre si de cada uma dessas esferas. Como elucidada o autor,

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p. 218)

Essa confusão de tempo e espaço, me perdoem o pleonasma, com o passar do tempo, constitui uma noção importante para se pensar o espaço e a sua formação histórica e social. A dialética elucidada por Santos (2006), nesse espaço que traz conflitos locais com influências globais, pode revelar lógicas de exclusão internas que moldam o espaço, sem tirar de foco as individualidades e o potencial criativo das localidades.

2.3. As Cidades, a Política e os grupos de interesse: Conflitos num espaço em disputa

Observa-se, como mostrado acima, que o território é um local de disputas materiais, simbólicas e que nele atuam diversas forças que o colocam como um espaço de intenso conflito. Neste lugar de conflito, forças diferentes prevalecem e a dominação exercida por elas reforçam paradigmas esperados em sociedades complexas, como a perpetuação de desigualdades das mais diversas formas. Sob essa lógica, é possível, portanto, pensar processos de exclusão dentro do espaço, fazendo um recorte para a questão urbana. Ao pensar, por exemplo, habitação e a qualidade da mesma, pode-se lançar mão do conceito de “espoliação urbana” de Kowarick (1979) como categoria de análise para esse processo de expulsão da população pobre da vida da cidade no sentido de acesso aos recursos. Como argumenta o autor:

Assim, o chamado “problema” habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *pauperização absoluta* ou *relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p. 59)

Ao trazer a ideia de que o capital seleciona aqueles que terão acesso aos recursos por ele proporcionados, Kowarick (1979) traz à tona a ideia da democracia na cidade. Uma cidade democrática, no sentido de proporcionar um acesso irrestrito para a sua população,

seja aos espaços da cidade como os recursos para a sobrevivência digna, se vê lesada por esses processos de seleção do capital, produzindo desigualdades territoriais.

Não há fazer democrático, por exemplo, quando se exclui parcelas da população de se acessar espaços do centro da cidade puramente por ser de uma origem periférica, seja por uma questão de racismo, sexismo ou xenofobia como por processos de exclusão da própria cidade, como o acesso ao transporte e horários de ônibus. O mesmo se pensa sobre a habitação, pois não é democrática uma cidade que fornece para determinadas pessoas saneamento básico, infraestrutura, eletricidade regular e sistematicamente não fornece o mesmo para populações mais afastadas do núcleo de investimentos das pessoas que detêm o capital. Além do mais, Kowarick (1979) elucida a questão imobiliária e dos serviços públicos como central nos processos de espoliação urbana uma vez que regiões que se desenvolvem, por mais que sejam pobres, não conseguem manter a população nesses locais por conta da valorização dos imóveis, o que inviabiliza a permanência da mesma nesses espaços, forçando, mais uma vez, a expansão do espaço urbano regular em detrimento da expulsão da classe trabalhadora de seu lugar já estabelecido. Esse processo, argumenta o autor, é de interesse do setor privado, porém é acobertado pelo Estado, caracterizando, assim, seu perfil autoritário frente os que mais precisam deste para a melhora da qualidade de vida. Argumenta o sociólogo:

Mas não só a habitação passou a ser tratada enquanto instrumento de aceleração econômica. Os serviços de consumo coletivo também passaram a ser geridos através de uma lógica calcada na rentabilidade. Tal fenômeno expressa-se nas taxas cobradas pelo Estado, quando do fornecimento de certos serviços públicos, que, freqüentemente, tornam-se incompatíveis com os rendimentos das famílias que deveriam ser beneficiadas. Entretanto, é na criação dos serviços urbanos pelo setor privado que triunfaram os imperativos da expansão do capital: a “solução” dos problemas urbanos tem sido equacionada a partir de vultosos empreendimentos principalmente, saneamento, sistema viário e de transportes, que geram enorme massa de excedente e, direta ou indiretamente, uma produção de mercadorias em escala crescentemente ampliada que responde aos interesses lucrativos da dinâmica econômica, servindo como dinamizador do processo de acumulação e trazendo minguidos resultados em termos de melhorar os serviços básicos para a reprodução da força de trabalho. (KOWARICK, 1979, p. 69-73)

A partir da exposição de Kowarick (1979), o que se observa são grandes problemas nas cidades, que produzem espaços e territórios desiguais e, além disso, excedentes populacionais à mercê de um sistema que podemos dizer injusto com aqueles que mais

necessitam. Nas entrelinhas dessa afirmação, para além da questão social, a fundiária e a imobiliária se confundem e reforçam processos de exclusão dentro do espaço urbano. Aqui, assim como todas as demais esferas de atuação do desenvolvimento das cidades (transporte, saneamento, distribuição dos recursos públicos, saúde, educação e infraestrutura urbana, por exemplo), a temática da “não cidade” (MARICATO, 2013) emerge como uma chave para se ler o espaço urbano desigual. Como um sistema que se retroalimenta, a ausência de execução (a nível federal e municipal) das leis que combatem as desigualdades, os grandes problemas em torno da questão fundiária no Brasil e um poder local de base clientelista tratam de fazer da questão imobiliária e de acesso à habitação um problema grave a ser enfrentado pelo poder público. Para resumir, em poucas palavras, o que foi dito, Maricato (2013) argumenta:

Enfim, o acesso legal à moradia está travado para a maioria da população e, dessa forma, está travando o desenvolvimento urbano sustentável. Nossas cidades são máquinas produtoras de irregularidades. No centro dessa problemática está o nó da valorização fundiária e imobiliária que ajuda a definir quem se apropria dos ganhos imobiliários e ajuda a definir também quem tem o direito à cidade ou ao exílio urbano na “não cidade”. (MARICATO, 2013, p. 94)

A contribuição de Maricato (2013) é rica para entender os processos de exclusão e mesmo as saídas para esses problemas. Além disso, a autora traz à tona a questão legal como algo posto e bem estabelecido (existem leis urbanísticas que prezam pela cidade mais democrática), porém a aplicação das leis e a continuidade de políticas públicas são alguns dos grandes desafios propostos em sua obra. O que se questiona é justamente o porquê da dificuldade da aplicação da lei e da proposição de políticas urbanas efetivas. As respostas, para além da ideia de que ações pontuais não promovem mudanças estruturais e, por isso, demandam de ações conjuntas entre todas as agendas (desde meio ambiente até as secretarias de obras), está no que pode-se denominar como “grupos de interesse”. Nas cidades e mesmo na cena pública podemos definir grupos específicos que possuem interesse nas ações promovidas dentro do espaço: o poder público, o capital imobiliário e a própria cidade. Vale aqui o reforço de que as categorias atuam em conjunto no espaço e o disputam, tanto no campo econômico quanto no social.

A partir disso, os argumentos supracitados nos permitem observar que, de fato, a forma como observa-se e atua-se no espaço urbano é diferenciada para cada um desses grupos de interesse. O direcionamento dos esforços e recursos públicos se dividem e se

concentram em lugares específicos de acordo com o grupo de interesse com maior capacidade de investimentos e influência no poder de decisão da alocação dos recursos em formas de políticas públicas. Em poucas palavras, um dos resultados possíveis a se observar é a concentração econômica e a formação de territórios desiguais; enquanto em alguns lugares sobra acesso à “cidade formal”, outros vários demandam urgentemente de recursos básicos como saneamento, infraestrutura e, como um foco específico, moradia digna e acessível. De forma a fortalecer esse argumento,

Há uma correlação direta entre o investimento público e o mercado fundiário/imobiliário, como mostra uma vasta bibliografia, a exemplo de Villaça, 1999. De um modo geral, os investimentos públicos municipais feitos nas capitais brasileiras (uma regra que é comum a todo o universo urbano) são regressivos. Eles alimentam o mercado imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condição, dentre outras, para a democratização do acesso à cidade. A deterioração de determinados territórios urbanos e a valorização de outros respondem a uma conjunção de interesses que buscam a captação da renda imobiliária e do lucro de construção (este, especialmente nas obras de construção pesada). Os governos estaduais e municipais, capturados esses agentes, orientam a dinâmica urbana por meio de obras que não obedecem a nenhum plano explícito. Essa é a marca de um “desenvolvimento” urbano dominado pelos interesses privados rentistas e lucrativos, de um lado, e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parte da população, de outro. As “novas centralidade”, localizadas nos vetores de valorização imobiliária, potencializados pela indefectível presença dos investimentos governamentais e pelos investimentos privados de setores dinâmicos, ligados à nova ordem global, são produto central e visível desse processo: visível porque é central e hegemônico; central porque é visível, seguindo os cânones da pós-modernidade. (MARICATO, 2013, p. 134)

É nesse cenário conflitante que podemos, trazer à discussão teórica aqui proposta tanto o intenso e sempre presente conflito entre as cidades, podendo até mesmo usar a imagem da dialética marxiana de que nas cidades se constrói luta de classes e interesses econômicos e simbólicos marcados (HARVEY, 2014), quanto a ideia da produção de cidadania numa cidade com recursos distribuídos de forma diferente, produzindo violência no espaço urbano e a escassez da cidade (REZENDE DE CARVALHO, 1995).

Vale desenvolver a noção de “cidade escassa” segundo Rezende de Carvalho (1995), pois essa noção é importante ao pensar os processos de exclusão social e política, além da territorial. Pela definição,

Quero dizer que a violência nas grandes cidades brasileiras está associada à baixa legitimação da autoridade política do Estado, cujo privatismo “congênito” estreitou excessivamente a dimensão da *polis*, condenando praticamente toda a sociedade à

condição de bárbaros. A expressão “*cidade escassa*” refere-se a isto, ou seja, à dimensão residual da cidadania e, portanto, à sua parca competência para articular os apetites sociais à vida política organizada — isto que, no mundo das idéias políticas, caracteriza a “*cidade liberal-democrática*”. Em resumo, no contexto da “cidade escassa”, porque o Estado não cumpre as suas obrigações — principalmente a do uso da autoridade consentida para a generalização de um pacto estável e universalista —, a experiência social se organiza com base em intensa fragmentação de juízos, o que torna muito frágil até mesmo o reconhecimento da propriedade, já que ela nada mais é do que um acordo quanto a limites. A violência, assim, não é algo que possa ser isolado nos interstícios da ordem, pois é uma das formas atuais de organização da sociedade que, prevista nas teorias sobre a desobediência legítima, se nutre do retraimento do Estado e mobiliza a cidade para o que não deixa de ser uma forma de sedição. (REZENDE DE CARVALHO, 1995, p. 4-5)

A cidade que, por meio de uma construção histórica e política, oferece e desenvolve a cidadania de forma residual para a sua população e contribui tanto para a ideia quanto para a aplicação da exclusão social, portanto, perpassa o campo do Estado, confirmando aquilo já dito acima por Kowarick (1979), Haesbaert (2018) e Maricato (2013), por exemplo. É sob esse tipo de escassez que pode-se ler a distribuição de recursos conforme a força do grupo de interesses envolvido, reforçando não só a violência física por meio de ações verdadeiramente discriminatórias por parte do Estado e da própria sociedade, mas também permite uma forma de violência velada ainda mais impactante, pois estabelece, exatamente, quem terá direito à cidadania, à moradia, aos recursos para se ter uma vida digna e, principalmente, quem serão as pessoas excluídas num processo, podemos dizer, predatório.

É na cidade que emergem tais violências e é em meio a seus problemas que as soluções devem surgir para que as desigualdades sejam reduzidas. Com isso, a divisão territorial revela a necessidade de se entender a peculiaridade de cada local para se pensar políticas públicas eficazes e, pode-se dizer assim, democráticas.

2.4. Sociedade, Planejamento Urbano e a Concepção da Política no Espaço Urbano

Uma das formas de se pensar a vida democrática (no sentido de acesso aos direitos e, como foco, o direito à cidade) é pela via do planejamento urbano. No entanto, um pressuposto que deve ser adotado para se mobilizar a cidade é o de que não é o espaço urbano algo “parado” ou coisa do tipo. Cidades são vivas, dinâmicas e, como diz Jacobs (2000), comparáveis a organismos vivos. Sabendo disso, o organismo vivo que é a cidade não pode

ser lida como sendo os seus problemas, coisas isoladas e sem qualquer ligação um com o outro. Em sua forma de se pensar a cidade, voltado-se para a vida urbana na diversidade para se produzir o melhor potencial de acordo com suas peculiaridades, a autora nos diz da complexidade que é o espaço urbano e a vida nesse meio. Como bem elucidada:

Como as ciências biológicas, as cidades são problemas de complexidade organizada. Elas apresentam “situações em que meia dúzia ou várias dúzias delas variam simultaneamente *e de maneira sutilmente inter-relacionada*”. As cidades, mais uma vez como as ciências biológicas, não apresentam *um* problema de complexidade organizada que, se compreendido, é a explicação de tudo. Elas podem ser analisadas sob vários desses problemas ou segmentos que, como nas ciências biológicas, estão também inter-relacionados. As variáveis são diversas, mas não são desordenadas; elas estão “inter-relacionadas num todo orgânico”. (JACOBS, 2000, p. 482)

Sabemos nas ciências sociais as polêmicas históricas com as ciências biológicas. No entanto, a forma de pensar de Jacobs é válida para as cidades justamente pelo que a autora chama de “inter-relação” entre os problemas da cidade num todo orgânico. É a potencialidade da mesma e o mau uso de seu espaço, suas ruas e demais usos que podem, justamente, matar a cidade e torná-la um gigantesco problema sob as mais diversas ordens. Por sinal, são os planejamentos urbanos (ou a falta deles) um ponto interessante a ser abordado.

É possível pensar, ainda via Jacobs (2000), que o planejamento urbano pode ser extremamente segregatório e, com isso, anti-democrático. Em seus mais diversos exemplos, a autora revela o caráter destrutivo da vida urbana e do melhor aproveitamento das cidades por meio de planejamentos urbanos que visem puramente a técnica ao invés de se levar em consideração também aspectos urbanos e potencialidades que vão para além de análises frias e simplistas. O argumento é ilustrado a partir da seguinte ideia:

O pseudoplanejamento urbano implacável, simplista, e o pseudodesenho urbano que temos atualmente é uma forma de “desconstruir” cidades. Porém, embora isso tenha sido definido e santificado por teorias reacionárias que na verdade glorificam a “desconstrução” das cidades, hoje em dia a prática e a influência desse tipo de planejamento não se fundam apenas na teoria. Gradativa, imperceptivelmente, quando a organização administrativa urbana não conseguiu desenvolver-se convenientemente junto com o crescimento das cidades, a “desconstrução” urbana tornou-se uma necessidade prejudicial, porém imperativa, para o pessoal de planejamento e outras equipes administrativas, que também têm diante de si um trabalho de super-homens. As soluções rotineiras, implacáveis, desastrosas e simplistas para todos os tipos de necessidades físicas das cidades (sem falar das necessidades sociais e econômicas) *só podem* ser inventadas por máquinas administrativas que perderam o poder de compreender, manejar e avaliar uma

infinidades de detalhes vitais, únicos, complexos e interdependentes. (JACOBS, 2000, p. 454)

Aqui percebe-se o tema dos problemas públicos urbanos, uma vez que Jacobs (2000) cita a questão administrativa que, até certo ponto, impessoaliza o seu objeto de estudo e não abarca as variáveis necessárias para o melhor desempenho do planejamento urbano. O crescimento e expansão do espaço urbano, como já foi dito acima nos tópicos anteriores, é algo provocativo e um desafio de todos/as que se debruçam sobre o problema que é a construção de uma cidade democrática. Logo, pensar a cidade exige um saber diferenciado acerca do problema das multidões, como evidencia Sennet (2018) ao discorrer sobre desenhos urbanos que marcaram a história do urbanismo no ocidente. É também do autor a ideia de que existe a necessidade de pautar a cidade não só a partir do desenho urbano e das ideias “de cima para baixo” - no sentido de partir de uma pequena cúpula de urbanistas as decisões acerca da cidade. Sennet (2018) é enfático ao afirmar que a cidade deve ser pensada com os cidadãos, bem como deve ser o ideal de cidadania e participação o “guia” do urbanista, ou o seu *ethos* de trabalho. De forma a resumir a ideia do autor, podemos trazer a seguinte afirmação:

Al respecto, logra activar la relación entre el habitar y lo construido desde las prácticas urbanísticas, desarrollando un proceso participativo de coproducción entre urbanistas y ciudadanos, para llegar al punto en que la ciudadanía toma el control total del proceso de diseño, en un guiño no reconocido por Sennett al derecho a la ciudad como principio ordenador de su propuesta. (VERGARA-PERUCICH, 2022, p. 3)

Com isso, o problema do planejamento urbano, bem como os demais identificados na literatura supracitada, é uma questão de ordem política, tanto institucional (ao pensar a atuação do Estado, por exemplo) quanto da forma como se pensa a política enquanto produção da vida comum em sociedade e do espaço em que se vive, bem como a forma de se pensar o mesmo.

No entanto, é importante referenciar que as decisões sobre a cidade são extremamente complexas e envolvem negociações entre os grupos de interesse que já foram mencionados nos tópicos anteriores. Essa relação desigual, seja por poder político ou econômico (essa separação é de ordem didática, uma vez que esses poderes são entrelaçados) proporciona a mudança no espaço ou a sua conservação. Nesse sentido, faz-se necessário entender o Estado,

portanto, como um agente fundamental para a organização e distribuição dos interesses no território. Afinal, sob o olhar do planejamento urbano em si, o território e seu manejo são de responsabilidade, em última instância, do poder público na figura do Estado e, de forma contextual, aos governos vigentes que estão sob seu comando. Ainda assim, é preciso atenção, dado os interesses sobre o espaço urbano são, por vezes, conflitantes ainda que se haja algum consenso nos objetivos a serem alcançados pelos interessados na cidade. Como bem afirma Rolnik (2009, p. 39): “Embora tanto para os segmentos empresariais como para os autoconstrutores do território popular a ação do Estado sobre o urbano é essencial para sua própria existência e sobrevivência, estas relações são marcadas por assimetrias e gramáticas distintas.”

Essas assimetrias e gramáticas distintas, descritas por Rolnik (2009) no trecho acima, proporcionam pensar as possibilidades de negociação num contexto democrático, porém sob um prisma de relativo desequilíbrio, colocando um ideal de cidade democrática em cheque, uma vez que a lógica da distribuição do poder no território e nos processos decisórios é desbalanceado entre os grupos de interesse. Em outras palavras, o ideal proposto, por exemplo, pelos Planos Diretores de participação popular, equilíbrio de forças, diálogo entre poder público e as melhores decisões para a cidade, se torna de difícil execução, pois os processos que regem a política perpassam uma lógica diferente da ideia original, o que dificulta a implementação das ideias supracitadas. De forma a representar melhor,

A ideia de construção pública e coletiva de um projeto de cidade, alicerçada sobre a definição de sua função social lançada pelo Estatuto das Cidades e presente na Campanha dos Planos Diretores, esbarrou, como já demonstramos, na blindagem semântica operada pela linguagem do planejamento urbano. Entretanto, não foram poucas as cidades onde movimentos e organizações da sociedade civil interviram ao propor outras direções e lograr, em conjunto ou em oposição a representantes do Executivo e Legislativo, e muitas vezes mobilizando o Judiciário, sobretudo através do Ministério Público, incluir instrumentos de democratização da gestão e do território. Mas, mesmo para aqueles que lograram construir planos minimamente pactuados, o grande desafio é ainda a sua implementação. Mais do que uma suposta “vontade política” de seguir um plano diretor, o governo local carece claramente de incentivos para fazê-lo, já que, como demonstramos, os processos decisórios sobre os investimentos e o destino da cidade são, no atual modelo federativo e sistema político brasileiros, estruturados sob outra lógica. (ROLNIK, 2009, p. 47)

Essa outra lógica que a autora ilustra pode vir de diversos pontos, no entanto, um parece convergir como dos mais poderosos para a análise da formação territorial do espaço

urbano. Não só na questão habitacional, mas como lógica de ocupação, o capital imobiliário se mostra como um potente agente de transformação do espaço e de execução das suas vontades, também, sobre o poder público. Aqui, não necessariamente de conflitos se trata o argumento. Existe cooperação, uma vez que em sociedades capitalistas o mercado é demarcatório e, por vezes, discriminatório. O avanço sobre o território é implacável e nem sempre o Estado abarca a população que se vê em difícil situação, pelas mais diversas razões. Como ilustra Maricato (2003, p. 159):

A explicação na qual se apóia a ordem dominante faz peripécias para ocultar a realidade. Esta não pode ser assumida formalmente pelo Estado (em especial pelo judiciário) sem colocar em risco toda a ordem jurídica vigente, em especial a que diz respeito à propriedade privada de terras e imóveis. Muitos são os fatores que determinam quando a lei é aplicada ou não. Um nos parece principal. Quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, “sobram” para o assentamento residencial da população pobre. Nessas localizações, a lei impede a ocupação imobiliária: margens dos córregos, áreas de mangues, áreas de proteção ambiental, reservas. Mesmo quando se trata de áreas públicas, priorizadas nos assentamentos de favelas, sua proteção contra a ocupação depende de sua localização em relação aos bairros onde atua o mercado imobiliário, legal, privado. As áreas públicas ocupadas estão localizadas, geralmente, nas periferias esquecidas.

Na sua roupagem mais recente, o neoliberalismo tem um caráter cerceador de direito à cidade mostrado no trecho acima na medida em que se evidencia o movimento de expulsão das camadas populares para as localidades mais afastadas e, principalmente, aplicando a lei de forma desigual (seja para a sua dita expulsão ou mesmo negando a possibilidade de se ter os direitos que lhes são dignos) para com tais. O mercado de moradias é somente um de tantos exemplos da esfera do cotidiano de quem trabalha observando a cidade e, por conta de todos esses processos, a não-cidade. Contraditoriamente (ou não) a competição não proporciona necessariamente a melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Pelo contrário, a distribuição dos recursos escassos (sejam econômicos, políticos e/ou da cidade) se mostra segregatória. De outra maneira, pode-se dizer que

Infelizmente o financiamento imobiliário não impulsionou a democratização do acesso à terra por meio da instituição da função social da propriedade. (...) A atividade produtiva imobiliária não subjugou as atividades especulativas, como ocorreu nos países centrais do capitalismo. O mercado não se abriu para a maior

parte da população que buscava moradia nas cidades. Ele deu absoluta prioridade às classes médias e altas. (MARICATO, 2000, P. 23)

A democratização e o direito à cidade são temas que, por vezes, se entrecruzam com os mais diversos marcadores sociais como uma forma de se buscar compreender as razões de sua existência e, obviamente, se sua ausência. Maricato (2000) traz o mercado como um agente de (de)formação do território na medida em que segrega e prioriza determinadas classes. Essa privação, seja pela ausência (ou mesmo presença direcionada) do poder público e das elites econômicas (que para fins didáticos podem se separar do poder público) é algo característico do sistema capitalista. De acordo com Harvey (2014, p. 63):

O direito à cidade como existe hoje, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.

O autor, portanto, reitera as ideias discutidas acima, argumentando a favor da ideia de que os grupos moldam a cidade, em última instância, de acordo com suas vontades. O marcador de classe é presente e, com isso, é possível pensar na reivindicação da cidade por parte daqueles que lhe têm o acesso ultrajado por um sistema econômico, político e social que lhe oprime o suficiente para gerar alguma mobilização. Nesse sentido, é preciso pensar a sociedade periférica e excluída dos meios de participação mais eficientes do ponto de vista do processo decisório, como agentes da cidade que anseiam a possibilidade de se colocarem como capazes de direcionarem seu destino enquanto cidadãos/ãs. Diz-se, portanto, que

Reivindicar o direito à cidade equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com adições imperiais). (HARVEY, 2014, p. 30)

Os benefícios da urbanização e de sua execução nas mãos de poucos e a revolta pela reivindicação dos direitos que não chegam a determinadas localidades mostram um caráter de luta pelo espaço urbano e plenitude da cidadania pela formalidade.

Ainda que Harvey (2014) traga o fenômeno urbano como um fenômeno de classe, algumas estruturas nas sociedades ocidentais também podem acrescentar à análise da formação do espaço urbano. Aqui, faz-se necessário trazer o aspecto racial para a discussão uma vez que sociedades que hierarquizam racialmente as pessoas das mais diversas maneiras, por analogia, indução ou comparação, levam a hierarquizar racialmente também a ocupação do espaço urbano e, por conseguinte, quem tem direito à cidadania e ao território.

A partir disso, evidenciar o racismo estrutural é fundamental, justamente pela sua característica de ser existente ao longo de todo o tempo em que se faz presente na sociedade a hierarquização e, principalmente, a superposição de uma raça sobre as outras. De forma simplificada, o racismo estrutural

Constitui um sistema, um conjunto de práticas sociais, culturais, políticas, religiosas e históricas desenvolvidas e mantidas em uma sociedade de modo a manter e perpetuar hierarquização de um grupo social, mediante a manutenção de dominações, privilégios, legalizações, relações de poder e de submissão. É tipo de racismo que se mantém a despeito de formas de expressão, sentimento ou manifestação individual de racismo, pois está arraigado na estrutura da vida política, econômica, social e jurídica, fazendo-se necessária, para romper com esta estrutura, a adoção de políticas públicas, práticas institucionalizadas, representatividade social, cultural, normas repressivas, ações afirmativas que tenham por fim dirimir, apaziguar, equalizar as discriminações históricas, as desigualdades econômico-sociais e as injustiças a que submetido o grupo social e/ou étnico discriminado pelo racismo. (Ministério Público do Trabalho, 2020, 81-82)

Outra forma de se entender o racismo estrutural para agregar a visão dada pela citação acima é a de que o racismo é uma norma, não uma exceção. Por estar inserido historicamente desde os princípios da invasão territorial por parte dos europeus, numa sociedade como a brasileira, o racismo mostra seus traços estruturais continuados ao longo do tempo e uma cultura ocidental (política, econômica, social e jurídica) tende a normalizar comportamentos racistas, pois estes fazem parte de uma estrutura social robusta. O argumento de Almeida (2020) vai nesse sentido. Conforme o mesmo,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O

racismo estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e parece negado pela tradição”. (ALMEIDA, 2020, p. 50)

Sendo o racismo parte de uma estrutura social e estando enraizado em diversas instâncias e processos decorrentes da forma como se relacionam as pessoas, é possível pensá-lo atuando nas lógicas de ocupação territorial e nos seus impactos políticos da vida cotidiana.

A segregação social ocasionada pela questão racial, por indução, pode contribuir para a articulação de como se distribui o poder nos territórios e em como são formados os territórios desiguais e a morfologia urbana. Também é válido perceber que as políticas públicas direcionadas para o combate a essas desigualdades e mesmo a sua ausência, tendo como pressuposto que o racismo é uma regra e não uma exceção, mostram o funcionamento das relações sociais no espaço urbano.

É fundamental articular as concepções aqui discutidas para a melhor compreensão do que está em jogo dentro do espaço urbano constituído pela cidade. As forças que atuam no território lhe delegando poder, o que é concebido como um problema público, os grupos de interesse que moldam a cidade a partir de seus consensos e conflitos, o caráter do planejamento urbano (ou falta dele) e os processos sociais amplos como as mobilizações por reivindicações para a cidade e a estrutura racista da sociedade, de fato, contribuem para pavimentar o caminho para entender a cidade como este turbilhão. Assim sendo, a (de)formação do espaço urbano e os territórios desiguais que surgem a partir das percepções aludidas se convertem em lentes para o estudo aqui até então articulado. Convém, portanto, delinear a análise para o melhor recorte do problema e a sua execução.

3. METODOLOGIA

Pensar a execução de tal pesquisa envolve algumas denominações do caráter da pesquisa, em primeiro lugar. Nesse trabalho, assume-se o caráter exploratório, na medida que visa o aprimoramento das ideias discutidas e dos problemas levantados, bem como adota-se um teor descritivo, uma vez que busca-se estabelecer relações entre as variáveis levantadas pela pesquisa tal qual o nível de atendimento dos órgãos públicos (GIL, 2002).

No entanto, vale a restrição dos casos a serem explorados. Com isso, a metodologia adotada para realização da pesquisa no bairro Santo Antônio foi o estudo de caso, uma vez que buscou-se esgotar o máximo possível da realidade local a fim de se obter a melhor compreensão dos problemas urbanos. O argumento para a adoção desta metodologia é o de que o estudo de caso permite estudar casos exemplares que possam ser capazes de ilustrar com maior precisão as diferenças territoriais e sociais existentes entre as localidades. Em um primeiro momento, a pesquisa pretendeu compreender a história do bairro e a forma com que ele foi ocupado territorialmente, bem como as pessoas que o ocuparam e ocupam hoje. É notável perceber, portanto, a mudança do espaço urbano com o passar do tempo e sua lógica de expansão. Em seguida, levantou-se dados referentes às políticas públicas urbanas do município de Viçosa no Bairro Santo Antônio, seja por meio da observação em campo ao andar pelo bairro e observando os locais dos serviços públicos ou conversando com a população para saber de eventuais problemas públicos ali presentes, buscando mapear a situação de acordo com o território. Após isso, visitou-se um dos locais em que se observa maior carência de investimentos públicos, como também um dos que têm maior preferência por parte do poder público. Levantar e investigar os dados gerais da cidade de Viçosa - MG é de suma importância, porém é válido para fins metodológicos adotar um caráter mais pontual de imersão em campo entre determinadas localidades mais pobres e outras mais abastadas. Observar, por meio do estudo de caso, a situação de territórios ricos e pobres, portanto, elucidou de forma paradigmática problemas sociais e territoriais do município de Viçosa-MG, do mesmo modo que das localidades selecionadas.

Para essa pesquisa, porém, algumas condições contextuais impediram os melhores caminhos para se obter dados mais robustos. A Pandemia de Covid-19 ainda em curso inibiu uma frequente imersão no campo por questões de saúde pública (ainda que não detenha necessariamente a observação de aspectos urbanos).

Na etapa seguinte, pretendeu-se, nesse cenário, realizar como método a mineração de dados em mídias oficiais disponíveis na Internet, descobrindo relações entre poder público e o setor de planejamento e imobiliário (uma vez que a questão habitacional é um importante ponto a ser considerado nas cidades e em seus planejamentos), assim como as ações realizadas por tais nos espaços, bem como quais seriam essas ações. Observou-se os locais

onde foram realizados loteamentos e o seu respectivo predomínio, justamente buscando investigar onde o capital imobiliário e as construtoras mais investem no bairro;

Para além das visitas às localidades e da pesquisa em mídias digitais, a próxima etapa foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com amostra intencional. Buscar conversar com principais envolvidos no processo de desenvolvimento urbano de Viçosa - MG ou figuras marcantes que pudessem contribuir com as análises era desejável na medida que, por meio de entrevistas, mesmo que virtualmente, histórias podem aparecer e enriquecer as perspectivas que se tem sobre o tema pesquisado. Para isso, foram selecionados moradores/as antigos/as e novos, líderes comunitários, representantes de construtoras e agentes do poder público, buscando seguir a linha de investigação a partir dos grupos de interesse.

A partir desses dados, pretendeu-se analisar qualitativamente o obtido, fazendo pontes com as teorias e ideias desenvolvidas, principalmente no que se refere à análise sócio-territorial, acrescentando colocações políticas e explicações sociológicas. Esta etapa foi importante, pois visou amarrar os dados com os objetivos da pesquisa, buscando confirmar ou rejeitar as hipóteses da diferença de investimentos e qualidade de investimentos públicos em localidades mais ricas e mais pobres (no que se refere a indicadores sociais e territoriais).

Pensando a construção da amostra intencional, buscou-se contatos conhecidos no bairro. A partir da sinalização de algumas pessoas, procurou-se a líder comunitária e um morador mais antigo, ambos na área do Morro da Coruja. Após as conversas e entrevistas, novos contatos foram sendo obtidos, direcionado para pessoas do outro lado da Joaquim Lopes de Faria, sendo um dos entrevistados uma pessoa também engajada dentro do bairro, ao menos num passado recente. Ainda por lá, procuramos moradores novos para recolher suas impressões do bairro em seu momento mais recente. Conseguimos contato com um morador, que é estudante, na parte mais próxima ao Centro, a partir dos apontamentos dados por pessoas conhecidas, que sinalizaram sobre a situação de tal entrevistado (alguém que não está no bairro há muito tempo, no caso). Quanto ao setor público, buscou-se contatos dentro do IPLAM na área de habitação e engenharia social (recém criada), bem como na área de planejamento na diretoria de regulação urbana (já mais consolidada dentro do órgão). Nessa área, obteve-se contato de pessoas de construtoras, sendo selecionada, com indicação da diretoria de regulação urbana, uma em específico para compor a amostra, uma vez que a construtora à qual ela representa investe no bairro Santo Antônio de maneira mais incisiva.

Ainda no setor público, buscamos pessoas no campo da política que fossem envolvidas com as disputas dentro da Câmara e demais órgãos e morassem no bairro Santo Antônio. Dentre os vereadores e ex-vereadores, o entrevistado integrou a casa legislativa por dois mandatos e hoje é morador da área conhecida como Buraco da Lacreia.

Quanto ao perfil dos entrevistados, para o devido respaldo de sua identidade, adotou-se nomes fictícios. No entanto, vale ainda uma pequena descrição sociológica de onde os/as entrevistados/as estão falando.

Buffon, homem branco e um dos moradores mais antigos. Chegou no bairro em seu começo, antes mesmo de ser conhecido como Cantinho do Céu. Trabalhou na Universidade Federal de Viçosa em setores de serviços gerais. Buffon também tinha uma vida política ativa, uma vez que já tentou ser vereador quando mais jovem, e sendo assim tem contatos e influência dentro do bairro e na região onde habita, o Morro da Coruja.

Formiga, mulher negra, moradora antiga e ex-presidente da Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio. Formiga é líder comunitária engajada com a política na cidade e uma das pessoas que mais busca reivindicar ações do poder público para a região onde mora, no Morro da Coruja. Formiga também foi uma importante figura para a educação dentro do bairro, tendo fundado um cursinho pré-vestibular e uma creche comunitária.

Zagallo, homem branco e morador da parte mais próxima ao Centro desde 1991, é professor aposentado e ex-participante de sindicatos. Zagallo foi uma pessoa engajada com o bairro e com a política do município (tentou cargos públicos em eleições), embora hoje já não tenha a mesma vontade em sua atuação política. Atuou junto com Formiga no passado nas lutas pelas demandas do bairro Santo Antônio.

Riquelme, homem branco e morador novo da região mais próxima ao Centro, é estudante na Universidade Federal de Viçosa. Sua chegada ao Santo Antônio se deu por contatos familiares, mesmo já tendo morado em outros bairros da cidade em um passado recente.

Barbosa, homem negro, é morador novo do bairro, na localidade conhecida como Buraco da Lacreia. É ex-vereador de Viçosa, sendo, no caso, de um partido de esquerda. Durante seu mandato, teve forte engajamento com a discussão do Plano Diretor.

Cristiane, mulher branca, é servidora do IPLAM, tendo hoje um cargo na área de planejamento na diretoria de regulação urbana no GEOPLAM. Cristiane também participou de discussões sobre projetos do atual Plano Diretor de forma acadêmica.

Eusébio é um homem negro e construtor há 7 anos. Atua ativamente no Santo Antônio investindo nas áreas de residência, infraestrutura e loteamentos, sendo um dos mais presentes construtores envolvidos no bairro.

4. RESULTADOS

Os resultados que aqui serão apresentados estão divididos da seguinte forma: 1. Bairro Santo Antônio: história, formação territorial e lógica de expansão; 2. Conflitos Urbanos e Problemas Públicos; 3. Participação Comunitária e Política no Espaço Urbano; e 4. Exclusão Territorial, Grupos de Interesse e Marcadores sociais.

A critério de esclarecimento, os capítulos possuem a separação de temas de forma didática com a finalidade de facilitar a melhor leitura e análise dos dados obtidos ao longo da pesquisa. No entanto, vale reforçar que todas as categorias mobilizadas, temas tratados e dados coletados se interligam, de modo a dificultar essa separação em capítulos fechados. A conversa entre eles se complementam e permitem trazer conclusões importantes para a pesquisa em si, contribuindo para um diálogo necessário ao se tratar do espaço urbano, territórios e políticas públicas, em primeiro lugar, no Bairro Santo Antônio, mas também para a compreensão da cidade e do município de Viçosa.

4.1. Bairro Santo Antônio: história, formação territorial e lógica de expansão

A história do Bairro Santo Antônio, tal qual sua formação territorial e lógica de expansão, tem suas peculiaridades e características próprias, porém não difere muito da de outros bairros de outras cidades de interior (no sentido de ter um passado mais rural e, aos poucos, ver a urbanização tomar conta da lógica de expansão do bairro).

Vale, no entanto, situar o bairro hoje antes de pensar a sua formação. O Bairro Santo Antônio é um dos maiores de Viçosa¹ e sua localização não está na franja da cidade (de modo que se estende ao território urbano do centro e suas redondezas próximas). O bairro Santo Antônio é extremamente próximo ao Centro da cidade, onde estão localizadas as maiores movimentações de pessoas e as atividades econômicas, culturais e serviços públicos, além da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Além disso, o Bairro Santo Antônio se localiza na extensão da Avenida Castelo Branco, que corta alguns bairros da cidade e permite a ligação com outros bairros e municípios.

Em suma, o Santo Antônio hoje conta com 54 ruas, 5 travessas e 4 avenidas, segundo dados da Prefeitura Municipal de Viçosa.² No entanto, vale ressaltar que existe um conflito na delimitação do Bairro entre prefeitura, moradores e o que consta no setor censitário do IBGE e nas pesquisas realizadas pelo Google. Segundo essas instituições, o Bairro Santo Antônio não só é reduzido territorialmente como também tem boa parte de seu território classificado como “Área de Baixa Densidade de Edificações”, conforme mostrado nas figuras 1 e 2. As figuras também demonstram conflitos entre a localização da UFRV, que teria parte de seu território no bairro, quando a extensão da Universidade (pela avenida PH Rolfs) estaria em sua maior parte no Centro da cidade.

¹ Esse dado surgiu durante as análises de campo. Tanto imobiliárias quanto moradores/as da cidade e do próprio bairro relatam que o Santo Antônio é um dos maiores bairros da cidade e um dos mais populosos.

² Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/confira-o-novo-cep-da-sua-rua/61201>
Acesso em 07 de Out 2021

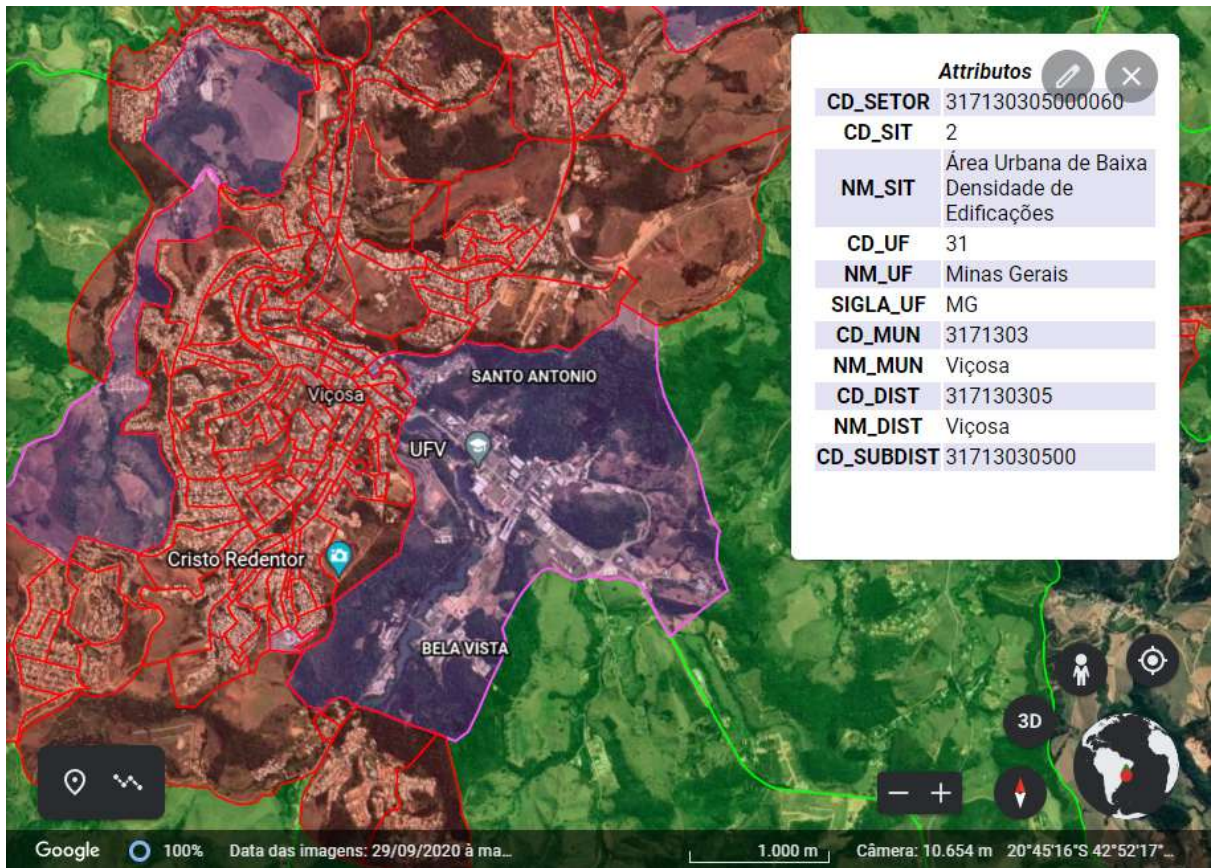


Figura 1: Setor Censitário no Bairro Santo Antônio, destacado pelo quadro branco. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setor-es-censitarios-divisoes-intramunicipais.html?=&t=downloads> Acesso em 07 de Out. 2021

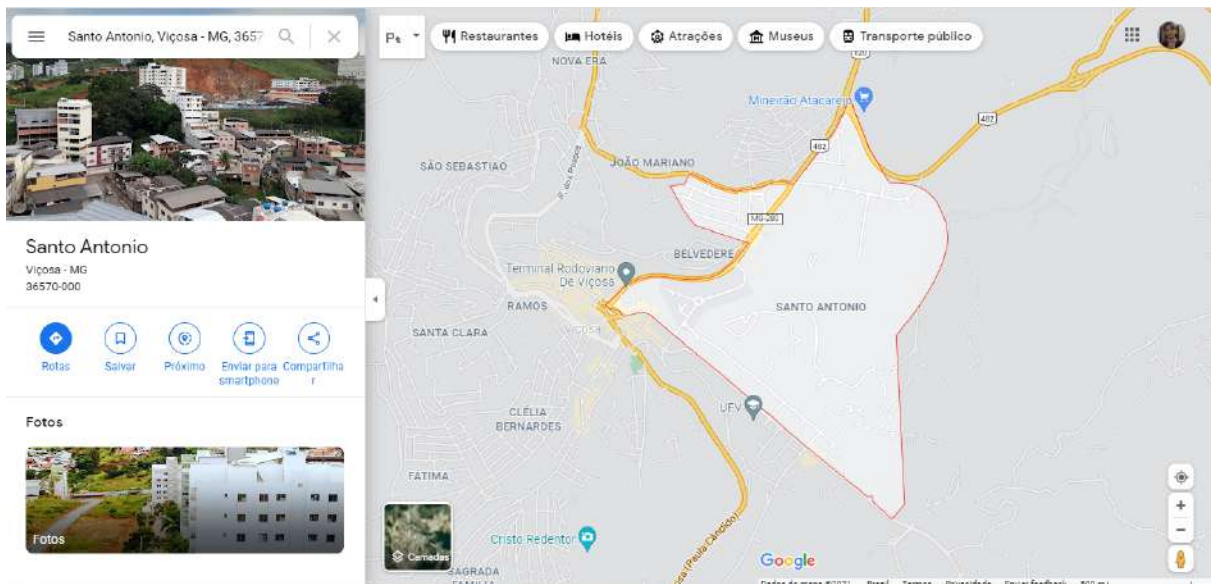


Figura 2: Delimitação do Bairro Santo Antônio, segundo o Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Santo+Antônio,+Viçosa+-+MG,+36570-000/@-20.7545398,-42.8785638,14.75z/data=!4m5!3m4!1s0xa367f38908872f0x41a42c2fd722e39f18m2!3d-20.7550249!4d-42.866224> Acesso em 07 de Out. 2021

Durante o trajeto do campo, foi perguntado sobre a região de João Mariano, que aparece nas duas figuras acima, pois as localidades visitadas pela prefeitura com o endereço do bairro Santo Antônio se encontravam nesta região. De todas as pessoas questionadas sobre, nenhuma afirma conhecer nem a origem e nem se identifica como morador de João Mariano. As denominações mais comuns dos moradores ao identificar o lugar que moram é “morador do Santo Antônio” e “morador do Cantinho do Céu”. Ainda assim, surgem denominações dentro do próprio bairro para fins de identificação, como Morro da Coruja, Morro do Cabrito, Buraco da Lacreia e Parthenon. Mais adiante, serão mostrados os efeitos da urbanização em cada localidade e seus respectivos problemas.

Foram apresentados dados recentes para delimitar isso que chamamos de Santo Antônio hoje. No entanto, a pesquisa mostra que o bairro se formou a partir de alguns processos e sob contextos históricos específicos da cidade.

O bairro Santo Antônio não nasceu com esse nome. Não há consensos sobre o porquê de se ter surgido esse nome, embora algumas hipóteses, como a de que a construção da Igreja de Santo Antônio, por conta da grande quantidade de devotos do santo, e a passagem de um córrego da região com esse nome (COSTA, 2011), ajudem nesse processo. A construção de casas no entorno no município e a chegada de moradores vindos da Zona Rural fizeram com que o processo de urbanização se iniciasse no município de Viçosa de um modo geral e, mais restritamente no Santo Antônio, encontrasse sua especificidade. Em suma, pessoas de outros municípios de Minas Gerais vieram para Viçosa, não só em busca de uma condição de vida melhor que a cidade proporcionaria, mas também à procura de emprego. Trabalhadores/as viram, portanto, na Universidade Federal de Viçosa (na época, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, ou UREMG) oportunidades para desempenhar suas atividades, e a proximidade do bairro com a Universidade e o Centro fez com que sua ocupação fosse rápida. Segundo Costa (2011, p. 13), “Essas pessoas migravam para as cidades, pois nesses locais havia maior facilidade de acesso aos hospitais, escolas, além da existência de luz elétrica, água encanada e rede de esgoto”. Essa rede de fatores, aliada a lotes baratos, fizeram com que o bairro crescesse bastante e muito rápido.

Porém, vale ressaltar que os loteamentos foram feitos pela própria população. Não havia um planejamento por parte do poder público no sentido de dar estrutura para as casas e

para a população que vinha para morar no bairro. Algumas falas ajudam a entender o processo de formação inicial, segundo moradores:

Quando eu mudei para aqui, aqui só existia pasto e cafezal. Era tudo café onde eu moro, e para cima era pasto. Já tirei muito leite aqui e vendi na Universidade. Levava leite todo dia pra Universidade.. (Os loteamentos foram feitos) Pelo pessoal do bairro mesmo. Pelo Da Cunha, que era delegado da época ai (delegado bravo). Era muito meu amigo. O Dr Carlos Raimundo ficou dois anos só na prefeitura, mas fez muita coisa em dois anos. Ele era neto de Jacir Leão, que abriu aquela avenida lá embaixo, aquilo lá era um barreiro. Eu puxava café daqui pra cidade, pro seu Antônio Araújo (já morreu também), eu vendia café pra ele. Passava com carro de boi ali por baixo ali por perto e tem uma mina ali embaixo até hoje embaixo daquele prédio jorrando água e água de primeira (o prédio do mamão ali). O Mamão fez aquele prédio sem usar água da rua eu sou só aquela água dali do próprio terreno. (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja, 09/2021)

Além disso, é mostrado também o perfil de ocupação do bairro, que inicialmente era de pessoas que vinham para trabalhar e estudar e demais motivos, bem como as suas origens:

Mas naquele tempo na época que eu entrei na universidade por exemplo para trabalhar em 75, era um movimento e uma coisa doida. Era um movimento doido, então aquilo foi atraindo fogo para Universidade porque Viçosa não tinha indústria e não tem indústria, não tem nada... Então o povo era influenciado pela Universidade. Ai foi vindo gente de todo lado para cá, Ponte Nova também tem muita gente aqui. *(As pessoas vinham para estudar também?)* Isso, para estudar e para trabalhar. A maior parte vinha para trabalhar aí estudar. Mas a maior parte vinha mesmo era para trabalhar porque não tinha serviço em outro lugar. Teixeiras, por exemplo, não tinha e nem tem fonte de renda. Guaraciaba não tem. Tem muita gente de Guaraciaba aqui, um parente meu (porque eu sou nascido em Cipotânea, perto da região de Barbacena)... eu vim de lá pra cá... Aí depois veio muita gente para cá, de Cipotânea de Brás Pires que é da mesma região... aí ficou. Aí nós fomos movimentando ai. (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja, 09/21)

Eu vim até aqui, nós em casa alugada ainda, depois que eu fui adquirir propriedade e tudo. Essa aqui foi a única que eu adquirei aqui em Viçosa. Então, eu morei aqui nos fundos, depois nós construímos isso aqui e eu passei para aqui. (...) Isso, aí eu resolvi construir esse prédio, esse prédio aqui vou a parte dele eu fiz com as minhas mãos. Eu não mandei fazer. (...) A presença de Imobiliária por aqui foi simplesmente loteamento e segundo os que chegaram (porque isso que eu te falei do seu Francisco, o Gerson e o outro chegaram antes de mim) foi só a presença da rua do loteamento até porque isso aqui era pedra fincada, depois que asfaltou... levou muitos anos. Assim como tem em muitas ruas aqui do bairro, tem muitas aqui ainda de pedra fincada. Esse bairro, vamos dizer assim, tinha o número de casas era possível contar nos dedos... e agora já tá todo cheio, acho é um dos que tem o maior número de habitantes de Viçosa. (Zagallo, morador da parte mais perto do Centro, 09/21)

O bairro, portanto, no seu primeiro momento de ocupação contou com a colaboração de cada um dos moradores para se erguer, com pequena participação do poder público para a regularização e intervenção, a fim de fornecer as melhores condições e realizar um planejamento para a ocupação que estava acontecendo.

Seguindo a história, o bairro começou com a denominação de “Cantinho do Céu”, em virtude de um bar com esse nome, nos princípios de sua ocupação. Até hoje, moradores do bairro identificam algumas localidades como Cantinho do Céu, mesmo tendo o bairro desenvolvido e expandido.

Pessoal pergunta “Por que Cantinho do Céu?” É uma história bem comprida, mas é interessante... ele colocou uma venda nessa casa velha de Esteio de graúna, ele botou uma venda ali. Eu Gostava de tomar umas cachacinhas e ia nessa venda, só tinha aqui a Fazenda nós que eram Fazendão também, a fazenda de Otavinho Bernardo ali onde seria o parthenon, A Fazenda Velha do seu Edson, que morreu matado e hoje mora a família e os filhos. Aí ele pegou e colocou essa venda e fez uma tabuinha de madeira e escreveu nessa tábua “Bar do Cantinho do Céu”. E por quê? Porque não tinha casa nenhuma mais ali só tinha essa casa que ainda está lá até hoje lá embaixo ali, só existe essa casa até hoje. Aí o pessoal saiu da cidade já que não tinha nada na cidade, e falaram que iam no Cantinho do Céu tomar umas cachaça. Aí vinha para o cantinho do céu fazer bagunça no dia de sábado e domingo. Aí pegou o nome Cantinho do Céu. Ninguém conhece o bairro Santo Antônio, conhece Cantinho do Céu. Você já deve ter ouvido falar disso. Aí depois mataram ele, o sobrinho dele também, mas o nome continuou, Cantinho do Céu. (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja 09/2021)

Curiosamente, existe uma outra conotação para o nome “Cantinho do Céu”, bem mais violenta do que um bar conhecido onde as pessoas se divertiam. O “Cantinho do Céu” ocupa uma área não delimitada com precisão, mas boa parte de onde é o Bairro Santo Antônio é conhecida como Cantinho do Céu, mesmo em suas subdivisões como o Morro da Coruja, Parthenon e Buraco da Lacaia. Segue um pouco da história:

Já é bem mais novo. Ali era uma fazenda. Começou o nome de Cantinho do Céu por isso. Ali era um fazendão por cima do Parthenon. Ali era onde morava Otavinho Bernardes, que era um primo de primeiro grau de Arthur Bernardes, que foi presidente da República. Era um homem muito bom, mas o Otavinho Bernardes era um homem perigoso, porque tinha muitos capangas, mandava matar os outros... Se encrecasse com ele por qualquer coisa ele mandava te matar. (...) Então esses conflitos ai perigosos era por causa de Otavinho Bernardes que eu te falei, que era um homem perigoso, que era por causa desse homem ai que colocaram o nome de Cantinho do Céu, era um homem perigoso, mas daí pra cá, mais nada. Cantinho do Céu o Sibião falava que era Cantinho do Inferno (risos) Que deixava mais perto do céu. (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja, 09/2021)

Aqui é cantinho do céu, o nome foi cantinho do céu, o pessoal falava morro da Coruja mas é Cantinho do céu mesmo. Ai agora depois que o pessoal reuniu e resolveu mudar pra bairro Santo Antonio. (...) Eu lembro aqui como Cantinho do Céu. Às vezes a gente até coloca Cantinho do Céu. Eu mesmo falo muito Cantinho do Céu. Mas bairro Santo Antônio só quando vai colocar correspondência e tal, mas normalmente com os outros a gente coloca Cantinho do Céu. Mas com os outros a gente coloca só Cantinho do Céu. “Ah, onde você mora?” Moro aqui no Cantinho do Céu. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

O Cantinho do Céu é o mesmo... Ai Cantinho do Céu porque ali tinha morrido umas pessoas mais antigas e etc... Ai depois que ele foi se desenvolvendo pra cá. Ai ficou Santo Antônio por causa da Igreja. Então essa diferença de nomes teria isso. (Zagallo, morador mais perto do Centro, 09/21)

A partir disso, percebe-se a formação inicial do bairro. Territorialmente, pensando na concepção de poder e suas respectivas forças, o Santo Antônio passou por alguns processos interessantes com o passar do tempo. Moradores/as perceberam um perfil de expansão urbana conforme o andar da história. O bairro viu o avanço do Centro da cidade e devido ao seu aumento populacional nas áreas urbanas, aquele grupo inicial de pessoas que se conhecia e, até certo ponto, criou uma integração acabou se degradando, gerando menos laços no bairro. Para além disso, o bairro expandiu suas residências e a demanda de moradia foi, em suma, a principal ocupação do solo urbano. No entanto, o desenvolvimento no entorno de duas avenidas foram situando o bairro. A importância territorial da Avenida Castelo Branco e da Avenida Joaquim Lopes de Faria é notável. O bairro se vê suprido por serviços, comércio, restaurantes e demais demandas que surgem.

Sobre as mudanças no bairro, é relatada por moradores/as mais novos/as e mais antigos/as uma visível mudança para todos os lados do bairro:

Nasci aqui. Conheço muita gente aqui. Mas agora tem muita gente nova, até porque o bairro cresceu demais. Antes era só um grupinho, mas agora tem gente no bairro que a gente nem conhece, fala “Oi” e tal... mudou muito do início até agora. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

Mas o que eu te falei mesmo é que em 2012 aquela parte de lá, muito da parte do morro lá não tinha construção nenhuma. No Morro da Coruja... (Riquelme, morador novo do bairro, mais perto do Centro, 09/21)

Com essa rápida expansão do bairro e uma certa impessoalização do mesmo, os processos de formação tendem a produzir territórios desiguais, uma vez que houve lógicas de ocupação diferenciadas. Em outras palavras, a lógica de expansão foi feita de forma

qualitativamente diferente, sendo visível, podendo destacar como exemplo, o Morro da Coruja e a Área do Parthenon. Esse, sob uma lógica de criação de condomínios verticais e casas de alto padrão, e aquele sob ocupação de morros de forma desordenada e sem planejamento urbano adequado, com algumas casas sob irregularidade, segundo o IPLAM³.



Figura 3: Morro da Coruja visto da Avenida Castelo Branco.

³ Conversamos com representantes do IPLAM e nos foi relatado um programa de regularização de habitação. A entrevista, a pedido dessa representante, não foi gravada. Foi identificada, até o momento, uma casa demandando melhorias técnicas e de regularização por parte do IPLAM, sendo essa casa localizada no Morro da Coruja.



Figura 4: Crescimento da Área conhecida como Parthenon, visto da Avenida Castelo Branco

Como é perceptível, a morfologia geográfica do bairro hoje é diferente. As casas mais humildes do Morro da Coruja em comparação com os condomínios verticais do Parthenon mostram um contraste em um bairro que em proporções territoriais é notavelmente grande. A critério de demonstração, pois será melhor argumentado em capítulos subsequentes, os investimentos imobiliários e de construtoras estão mais concentrados nas proximidades da Avenida Castelo Branco, na Avenida Joaquim Lopes de Faria e na área do Parthenon. O capital imobiliário, portanto, exibe uma lógica de expansão diferente da inicialmente feita no bairro. Em conversas com representantes de uma imobiliária que investe no Santo Antônio⁴, perguntei sobre apartamentos e lotes. As referências dadas foram: próximo à Honda Maxmoto, próximo ao Galpão (um local antigo e conhecido por ter festas), Avenida Principal (Joaquim Lopes de Faria), Parthenon e próximo à Justiça Federal (que é na Joaquim Lopes de Faria). A justificativa para os investimentos é a boa localização, o fato de o local ser bem suprido de serviços (no caso dos empreendimentos próximos à Joaquim Lopes de Faria e da

⁴ A conversa não foi gravada. Perguntei sobre apartamentos/lotes no bairro Santo Antônio, uma vez que no site da imobiliária não tinha o local dos imóveis. A única identificação era o bairro, porém referências e ruas não eram fornecidas nas mídias digitais.

Castelo Branco) e a boa moradia. No caso dos empreendimentos próximos ao Parthenon, falou-se muito do crescimento da área, uma vez que é uma terra valorizada atualmente. Também sobre o Santo Antônio, foi falado sobre a ideia de ser um bairro já consolidado para justificativa dos investimentos:

Então é só a rua lá onde a gente tá construindo, lá é um local muito bem aceito, muito bem valorizado. Porque quem hoje mexe com construção, quer lucros. A gente trabalha pra isso. E lá é um local onde o m² hoje tá bem valorizado. Pela rua, pelas obras que tem ao redor e pela infraestrutura que já tem ali próximo. (...) Em si ele é um bairro consolidado, né? Ele já tem as leis de ocupação do solo dele e eu acho que ela atende de acordo com o perímetro. Lá se não me engano no Parthenon, acho que ZR1 e do outro lado é ZR2, que tem um poder construtivo um pouco menor... Mas de acordo com o território e o local, eu acho que atende, sabe? (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

Com isso, o território do que hoje se conhece como bairro Santo Antônio foi formado. Seu histórico de ocupação foi diferente com o passar do tempo. Conforme dito nesse capítulo, o bairro variou entre a ocupação por parte de pessoas de outros municípios à procura de uma vida melhor que seria proporcionada pela cidade, tal qual a busca por emprego, até processos e lógicas de ocupação mais recentes, adequando-se às propostas de crescimento da cidade, sejam sem o devido planejamento em localidades mais afastadas do centro da cidade (ou mesmo próximas) ou sob o prisma do empreendimento imobiliário que se expande de forma planejada. No entanto, como será mostrado, lógicas de expansão urbana geram conflitos dos mais diversos tipos e, principalmente, problemas públicos.

4.2. Conflitos Urbanos e Problemas Públicos

Os conflitos urbanos e os problemas públicos têm ligação com o processo de expansão das localidades. No entanto, é possível pensar que os conflitos, ao contrário do que se pensa, não contribuem para a destruição do território urbano. Aliás, são os conflitos, no campo territorial, que promovem a formação do mesmo e, eventualmente, do espaço urbano.

No entanto, vale reafirmar que os conflitos urbanos estão ligados aos problemas públicos na medida em que as demandas das localidades surgem a partir de um bairro que se moldou de forma desigual, causando diferenças estruturais já mostradas acima. Ainda assim,

são os conflitos urbanos que moldam o bairro como temos hoje, bem como sua condição material e imaterial que geram os problemas públicos demonstrados a seguir.

Os conflitos no bairro, em um momento inicial de sua formação, segundo alguns relatos, eram mais pessoais. No Cantinho do Céu (ou do inferno, como foi relatado), já se matou por conta de dívidas referentes a “terra e boi”.

Conflito aqui já teve muito conforme eu te falei com o homem lá do outro lado... mataram ele que era sobrinho neto de Arthur Bernardes. Tinha fama de brabo. Ele brigou com um fazendeiro ai, o Noêmio, que já morreu também, brigou com o fazendeiro ai no meio da rua, que era uma ruazinha na época. Mas ai ele jogou Noêmio cavalo abaixo, montou e bateu nele muito, Noêmio comprava boi e comprou boi do Wellinton e não pagou. Era safado também. Ai o Wellinton bateu nele e bateu demais da conta mesmo. **(Mas por que bateu mesmo?)** Porque não pagou o boi que ele comprou. Ai começaram a discutir, pegou pela perna do cavalo, jogou no chão e montou em cima e bateu nele. Bateu demais. Eu tava lá, eu vi tudo! (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja, 09/21)

É importante lembrar que a comunidade que se formou inicialmente pelo bairro tinha núcleo de relações maior do que hoje em dia. As pessoas se conheciam bem mais, porém na medida que o bairro cresce, a formação de territórios desiguais é inevitável e os problemas urbanos aparecem.

Ao conversar com a população local e líderes comunitários e observar a composição do bairro (bem como sua história), os problemas públicos que surgem podem ser lidos a partir da ideia de que o planejamento para a região (ou a falta dele) gera tanto as discrepâncias de investimentos quanto os próprios problemas. O município de Viçosa, em muitos lugares, é composto por morros íngremes e a sua ocupação de forma irregular e sem a devida engenharia para gerar a segurança física necessária contribui para a formação territorial desigual e, eventualmente, um problema público. A rápida ocupação do bairro (seja na parte mais próxima ao Centro da cidade ou no Morro da Coruja e Buraco da Lacraia) tem suas consequências para os problemas públicos mais identificados pela população.

De forma a exemplificar os problemas que a população do bairro enfrentou/enfrenta, o asfaltamento de ruas (ou a falta dele), a limpeza pública, iluminação (o nome do Morro da Coruja, a propósito, surge por conta dessa localidade, no princípio, não ter uma rede elétrica de iluminação) e a segurança foram as mais frequentes reclamações, bem como a rede pluvial insuficiente. Problemas, portanto, de estrutura e infraestrutura dominam as reclamações da

população de um modo geral. No entanto, é importante, já neste tópico, mencionar ser observável a falta de um planejamento coerente para abarcar a população que chegou no bairro e ocupou, principalmente, o Morro da Coruja e o Buraco da Lagraia. O poder público se fez presente, porém de forma inadequada, já que existe reclamação de moradores/as dessas localidades para com os atendimentos por parte da prefeitura e órgãos competentes. Atendimento este diferente quando pensamos a área do Parthenon e suas redondezas, que possuem todas as casas e apartamentos em situação mais regularizada e com a devida segurança de infraestrutura. Um problema geral do bairro (que não é diferente de outros bairros da cidade) também relatado foi a falta de um espaço para crianças e a juventude. Muitas pessoas reclamaram da ausência de praças e parques pelo bairro, sendo aqueles restritos ao Centro da cidade. Tal ausência pode se justificar pelo fato de que na formação do bairro não foi reservado espaço para esse tipo de dispositivo, uma vez que a ocupação majoritária estava voltada para a habitação, para conseguir aguentar a quantidade de pessoas que vieram para o bairro pelos motivos já mostrados no tópico anterior.

Também pensando nos problemas públicos, a população do bairro relata as diferenças de atendimentos e infraestrutura, bem como a rede de serviços disponíveis no bairro entre diferentes localidades. Aqui com a finalidade de identificar os principais focos de investimentos e falta de investimentos, é perceptível, a partir dos relatos, uma divisão dentro do bairro, o que é compreensível devido a sua extensão territorial. Porém, marcos são importantes para delimitar as diferenças entre os territórios dentro do bairro. Três deles são as duas avenidas e uma rua: a Avenida Castelo Branco, que corta a cidade e o próprio bairro, a Avenida Joaquim Lopes de Faria, que corta o bairro e é chamada de “Principal”, e a Rua Antônio Lopes Lelis, que é a principal via de acesso do Parthenon.

Nas proximidades da Castelo Branco, observa-se restaurantes, lojas de carros, motos e materiais de construção, bem como padarias e comércio em geral. Além disso, é nas proximidades da Castelo Branco que existem locais de lazer voltados para a vida noturna, como lanchonetes e bares de mais alto padrão. Existem algumas semelhanças com a Antônio Lopes Lélis e a sua área de acesso, uma vez que nela existe um colégio privado (Coeducar), Mecânicos e pessoas que mexem com vendas de peças de carros e motos e um clube (Arena Off Beach). Nas suas proximidades, existe um pequeno centro de atendimento médico, lanchonetes e um acesso à avenida que leva a um supermercado (Mineirão Atacarejo), sendo

esse o acesso com veículos automotivos em quase toda sua totalidade. Essa rua é um marco importante, bem como a Avenida Castelo Branco, pois em uma localidade muito próxima, a realidade é notavelmente diferente. No Buraco da Lacraia, mesmo que a população seja servida de comércio, padarias e afins em suas proximidades, a infraestrutura não é a mesma. O acesso pela Rua Cajuri mostra uma realidade de infraestrutura diferente da rua anterior, a Antônio Lopes Lélis. Casas mais humildes, iluminação pública deficitária e, até mesmo bocas de fumo. A questão das drogas, aliás, foi um ponto de tensão no bairro Santo Antônio em alguns momentos.

Já do outro lado da Castelo Branco, o bairro é cortado pela Avenida Joaquim Lopes de Faria, a “Principal”. É uma rua que possui muitos serviços e supre muitas das necessidades do bairro como um todo. Lá observa-se um posto de atendimento médico do SUS, pontos de ônibus (assim como na Castelo Branco), mercados locais, padarias, lojas de material de construção e demais serviços. Na sua extensão em direção ao Centro, a avenida leva à Justiça Federal em Viçosa bem como ao Hospital São João Batista, um dos dois hospitais da cidade. É também na Joaquim Lopes de Faria, que é uma avenida extensa, que se encontram diversos empreendimentos imobiliários e apartamentos para alugar. Por isso, a Avenida se converte em uma referência para o bairro Santo Antônio, além de, como se verá nos próximos capítulos, um dos marcos da divisão sócio-territorial do bairro.

Os problemas do Santo Antônio, no entanto, não são peculiares no sentido de existir algo que é muito próprio do bairro no que se refere a políticas públicas que atendam a população de modo geral. De certa forma, os problemas do Santo Antônio acometem o município de Viçosa como um todo. Reclamações com o transporte coletivo, seja por atrasos de ônibus ou sua insuficiência em alguns horários (apesar de o bairro ser um “bairro de passagem”, sendo ele bem suprido de transporte coletivo em relação a outros bairros), ou por serviços bancários, como a presença/ausência de lotéricas e bancos (que só se encontra no Centro da cidade). É relatado também problemas com uma rotatória na Antônio Lopes Lélis que leva para a BR e para o Mineirão Atacarejo, que se encontra em situações precárias de infraestrutura, o que atrapalha, por exemplo, os investimentos de construtoras no local e aumenta a sensação de medo e perigo (desconfiança). Acrescenta-se a isso a preocupação supracitada com infraestrutura e a questão da segurança pública.

Além disso, vale ressaltar que as divisões do bairro (essas sim a sua peculiaridade territorial no que se refere a identificar algo que seja próprio do bairro) podem ser lidas a partir da noção de que os bairros reproduzem lógicas globais (SANTOS, 2006) em escalas municipais e, nesse caso, na escala de um bairro, o que será melhor evidenciado no tópico 4.4.

No entanto, mesmo essa divisão, além de ser um problema público por gerar desigualdades estruturais ao bairro, nos permite observar o conflito existente nele. Aqui, a territorialidade grita, uma vez que existem no território diferenças de poder suficientes para gerar os marcadores de conflito no bairro. O Morro da Coruja e o Buraco da Lacraia estão em defasagem, em infraestrutura e investimento, em relação ao Parthenon, uma área bem mais valorizada. Esses territórios que conflitam na medida que suas diferenças que influenciam na forma como sua população vive (população essa que não está desvencilhada ou não tem ligação com o território que habita por conta dos marcadores sociais que serão melhor evidenciados no tópico 4.4), moldam a cidade e o modo de vida de seus moradores e a sua forma de agir no território (ao menos, para um grupo de pessoas, como será mostrado no tópico 4.3). Além disso, o conflito dentre as pessoas no próprio bairro para eleger prioridades (e como é o retorno das reivindicações) é também uma disputa pelo direito à cidade. Pensando em políticas públicas, é pensar o que vai para a disputa pela agenda pública e quais as soluções dentro da agenda pública.

Nesse sentido, é válido destacar o que foi avaliado na pesquisa para o direcionamento dos recursos e atenção pública. Além da diferença, em relação ao Parthenon, de investimentos do capital imobiliário, a parte mais perto do Centro do bairro se revelou estruturalmente mais bem servida do que a parte mais longe do centro, para depois da Joaquim Lopes de Faria. Essa marcação fica evidenciada pelo teor qualitativo das casas e apartamentos (mais ao centro, melhor acabamento, melhor estrutura e maior regularidade; mais longe do centro, casas mais humildes, em maior vulnerabilidade e menor regularização⁵).

⁵ Ao perguntar no setor de habitação do IPLAM, foi relatado que estão com um programa de habitação para regularizar e fazer a engenharia pública de casas que estão em situação de irregularidade. Como é algo recente até a data dessa pesquisa, não é de maior conhecimento da população e o órgão ainda está mapeando as casas. Ao perguntar sobre o bairro, foi identificado, até o momento, uma casa inserida no programa, justamente no Morro da Coruja. Ao questionar sobre a possibilidade de mais casas nessa situação, a representante diz que não possui os dados ainda em sua plenitude, porém o maior indicativo é de que as demais casas estejam na mesma região dessa casa.

A seguir, algumas falas de moradores/as, ex-agentes do Poder Público e representantes do Capital Imobiliário que revelam alguns dos problemas supracitados:

É infraestrutura mesmo. Tem a questão da creche que a gente só tem uma bem pequenininha pra atender o bairro todo. Como eu te falei, o bairro é um dos maiores do município e só tem uma escola de educação infantil do município aqui. Então a demanda é muito grande e a gente abriu só uma aqui e a outra é só meio período e não cabe, só tem duas turmas de período integral então não dá pra atender a população, né. Então a gente reivindica mas tá difícil arrumar um local pra fazer essa creche e essa escola pra gente. Então é uma reivindicação muito grande da população melhorou muito também a questão do PSF (Programa de Saúde da Família) né porque junto as equipes o atendimento melhorou Então já tem médico lá e quando falta tem outro para atender então agora melhorou mesmo. Mas isso é de um ano para cá. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária do bairro, 09/21)

Tem algumas ruas né. Igual tipo assim, eles tem algumas prioridades tipo o calçamento. Eu não sei qual é o critério deles de que eles calçam algumas ruas e outras não. Tipo as ruas mais do alto do morro lá eles reclamam muito de falta de atendimento. E pessoal mais da central da avenida tem um atendimento melhor. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária do bairro, 09/21)

Então, eu te falei que teve um momento aqui meio tumultuado no bairro. Teve um momento que juntou uns grupinhos aqui e tinha um pessoal por aqui e tava dando muito assalto, muita morte e essas coisas, sabe? Muita coisa de uma rivalidade da turma daqui com a turma dos outros bairros. E aí foi uns morrendo e foram prendendo outros chefes, aí agora acabou. Acho que o pessoal do comando já foi neutralizado, aí agora num tem mais não. Tinha umas bocas de fumo que também fecharam... Um brigando com o outro e acabaram matando um ao outro. Teve um momento que ficou bem pesado aqui. Teve bem um rapaz que morreu logo aqui. Mataram muita gente. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária do bairro, 09/21)

Os problemas do bairro, primeiramente, foram problemas de segurança. Ela tá falando de esgoto também, mas eu acho que tem problemas que a cidade inteira tem. Tem coisa que não dá voto... E tem ações do Poder público que não dá voto. Eles passam por cima, Isso é um problema. Então aqui a parte de asfalto ainda tem ruas que não foram asfaltadas. (...) Então a rede fluvial e a rua asfaltada mas sem rede pluvial... Resultado: chove e a água corre toda direto para o asfalto e os danos etc todos eles. Do geral eu acho que tem no centro e dentro da universidade é que você tem rede pluvial porque o resto não tem. Isso faz muita falta para a cidade. Você já canaliza vai essa água de chuva e o processo de recolher a água de chuva é sempre um desafio. (...) Agora a educação: nós temos o Colégio Raul de Leoni e escolas de ensino infantil, tem umas 3 escolas por aqui. Tem creche... mas resume-se a isso. Nesse quadro, quando você vai pro quadro da criança e do jovem, tem a carência de todo o bairro praticamente quase todos tem essa carência: praça nós não temos nada. Qualquer praça que você fale aqui no bairro, ou nos outros bairros também, são praças pequenas. É um encontro de rua que aproveitaram pra fazer uma praça. Então pra lazer sem ser o centro e a Universidade nós ficamos sem nada... Isso se você considerar a Praça Santa Rita como uma grande praça. (...) Então não tem praça, quadra de esportes... cada bairro deveria ter um campo de futebol e etc... faz parte da saúde das pessoas. Porque Às vezes as pessoas pensam assim: a hora que você vai divertir-se é hora que você tá errado. Não! Dentro de um quadro, ela é válida. (Zagallo, morador mais perto do Centro, 09/21)

Iluminação da minha própria rua e calçamento também. Algumas vezes você tem que andar na rua mesmo porque não tem calçada ou ela é muito estreita, muito ruim. (...) Então, por exemplo, pra subir aqui não tem calçada pra subir. Tem que andar na rua mesmo. E aí o carro passa zunado virando a curva ali, então é isso. (Riquelme, morador novo da parte mais perto do Centro, 09/21)

Tá, tem um ponto ali onde a gente vai construir mesmo, aquele acesso que tem para a Castelo Branco, que hoje não existe mais. Hoje é contra-mão. Você ali do Parthenon, pra chegar na Castelo Branco, ou você vai pegar a direita e ir lá na BR e pegar aquela rotatória que tem ali ou então você vai ter que passar pela rua Cajuri, aquela ruazinha mais estreitinha que sai em frente pro posto Millenium. Ai lá em cima é uma BR, um local que se torna um pouco perigoso (não pra todo mundo mas talvez para aquela pessoa que não tem muita confiança em dirigir, ela acaba ficando em dúvida quanto ao acesso). Iluminação também é um ponto negativo, lá não tem ainda porque ela tá um pouco deserta. A pessoa sai ali de manhã e de tarde, mas talvez umas 20h, 21h ou 22h acaba tornando um lugar um pouco afastado, vamos dizer assim. Tá perto, mas não tem aquela infraestrutura desejada, isso acaba trazendo um pouco de insegurança, falta de segurança... E na rua Cajuri a mesma coisa: a rua é estreitinha, o calçamento não é muito bom, tem muito buraco... Então eu acho que ali hoje um ponto que seria fundamental seria voltar o acesso da Castelo Branco pelo Parthenon. (...) O ponto negativo que eu vejo é esse, porque do contrário o lugar é muito bom, muito perto centro, tem muita loja, muita opção próxima... acho que seria mais isso, o ponto negativo hoje seria esse. (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

Igual no Santo Antônio mesmo, falando daquele trevo lá de cima ... você viu que porcaria? Entendeu? Então quem faz aquilo ali não tá nem aí para comunidade e para a população e nem para nada... Então é isso, tentar trabalhar um pouco com arborização, tentar enfeitar melhor. Não é só fazer também e ganhar dinheiro não, é tentar fazer uma coisa boa, uma coisa bonita que vai agregar valor não só hoje mas também para o resto do tempo. Para se tornar uma coisa melhor, mais agradável. (...) (Sobre a ideia das pracinhas) Eu tava em Juiz de Fora esse final de semana e eu tava naquele parque que tem lá, o da Lajinha. Um lugar bonito, entrada franca. E lá é muito bonito porque é um Parque Municipal né. Tem pedalinho para pessoa poder passear... tem umas áreas de entretenimento, tem uns pontos de descanso... E é uma coisa que eu acho que Viçosa deveria ter. Não só Viçosa, mas todas as cidades tinha que ter uma coisa voltada para a população, para poder um pai sair com a filha e andar por aí final de semana... (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

Olha a minha situação: esposa é cadeirante, essa rua cheia de pedra fncada, mal fncada e tal... Minha esposa precisa ir à missa e a Igreja é pertinho aqui e eu tenho que pôr ela no carro com toda a dificuldade, levar ela, chegar lá, tirar ela do carro pra entrar na Igreja, colocar ela no carro outra vez e voltar e tirar do carro outra vez. Eu falei "Você podia fazer um asfalto disso aqui pra mim". Ele disse "Pode deixar, eu vou fazer e vou fazer coisa boa. To vendo a dificuldade aqui do senhor, o senhor tem uma liderança muito boa aqui no bairro, eu vou fazer o asfalto sim". Levou 4 anos, mas fez. De lá da Igreja até lá no alto. Fez tudo até lá embaixo. Então pra mim ele foi o melhor prefeito que houve. (*O grande problema aqui era a rua então.*) Esse era o grande problema. E resolveu o problema. (*E tava quanto tempo essa rua pra fazer?*) Uns 40 anos. Passou prefeito e passou prefeito... Passou Raimundo Nonato Cardoso por duas vezes e nada fez. Pra falar a verdade é meu amigo, trabalhei muito pra ele na primeira eleição, na segunda eleição que ele depois foi cassado, mas eu trabalhei muito pra ele. E falei tanto pra ele fazer esse asfalto aqui e não fez. O Ângelo fez. Demorou mas fez. Então não gosto que falem mal dele porque ele fez muita coisa pra mim, pra mim ele fez. (*Além do Asfalto ele chegou a*

fazer mais alguma coisa aqui pelo bairro?) Pelo bairro, foi bastante asfalto mesmo. (Buffon, morador antigo, Morro da Coruja, 09/21)

O que eu sinto aqui é assim, comparado aos outros não, eles são até bem parecidos. Se você parar na rua lhe perguntar para as pessoas “Qual é o problema do Santo Antônio?” eu acho que elas vão dizer (o que eu escuto e o que eu sinto) que é o problema com transporte coletivo, demora de ônibus, número de linhas insuficientes... aqui o problema é que as pessoas falam muito que são serviços, e o que falam muito mesmo é o serviço bancário. Porque o Santo Antônio tem padaria, tem Drogaria, tem Supermercado, tem posto de saúde tem escola, mas reclamam muito que não tem serviço bancário. Isso é uma reivindicação que muitos bairros de Viçosa tem. O que o Santo Antônio tem um pouquinho de vantagem é a localização, porque assim a gente não tá no centro mas tá quase no centro tem muita coisa para lá e tem muita coisa para cá, então é uma região que as coisas minimamente tem que acontecer; E o tamanho. Então assim, nas decisões políticas todo mundo vai ter que pesar um pouquinho para o Santo Antônio porque sabe que se não olhar para cá não está olhando para uma boa parcela da sociedade. Então comparado aos outros lugares eu não acho que a gente tá melhor, não é isso... eu acho que aqui as demandas são mais ou menos parecidas. A outra demanda que aqui é muito forte e muito urgente é a Castelo Branco. O tanto de acidente que tem aqui é uma coisa impressionante. Infelizmente por mês no mínimo um motoqueiro sofre acidente e muitas vezes fatais... aqui não tem um canteiro Central, não tem uma passarela para os pedestres atravessarem de um lado para o outro... então é uma coisa que grita, e é uma via de acesso à Viçosa (obviamente para quem vem do lado de cá porque para quem vem de Paula Cândido vem por outro lugar), Para quem vem de Ubá, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Ponte Nova ou de Teixeiras é a chegada na cidade, e o trânsito aqui é caótico. E mais recentemente essa porqueira que eles fizeram aqui com o trevo do Mineirão. Porque não passa. Meu carro é alto e é difícil de passar. Foi uma parceria público-privada a responsabilidade é da empresa do supermercado, e foi muito mal feito. Então isso são questões assim... mas é o que eu te falo, se você for a Nova Viçosa eles vão ter que estamos muito parecidas, se você for no Amoras, vão ter questões muito parecidas, se você for no Nova Era você vai ter questões muito parecidas... às vezes O que diferencia um do outro é a proporção. O Amoras é pequeno, aqui é muito grande. (...). E uma outra questão que eu acho que é muito cara ao bairro é o tráfico de drogas. O Santo Antônio sempre foi ponto de tráfico de drogas e em 2014 nós tivemos guerra às drogas aqui, e o maior traficante da cidade na época morava na Coruja e foi assassinado pelos rivais... Então a gente viveu sete ou oito meses (eu não morava aqui) de guerra. Guerra e guerra. Nesses 7 ou 8 meses morreram 15 assassinados e de encomenda. Então assim, houve um desespero muito grande por aqui mas era localizado. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacreia, 09/21)

Contudo tendo em vista minha formação acadêmica e o contato geral com as políticas desenvolvidas pela prefeitura, diria que o Santo Antônio é um bairro que se originou de ocupação irregular, agravada pela ocupação por população de baixa renda e a consequente ocupação de encostas carecia em infraestrutura urbana, tendo a malha viária (ruas e calçadas) como um dos problemas de maior gravidade do bairro, comprometendo a mobilidade urbana. A ausência de praças e espaços públicos, também em decorrência da ocupação irregular, composta em sua maioria de casas residenciais com adensamento populacional agravado e poucos lotes vagos. E vemos mais atualmente uma ocupação mais ordenada da porção próximo ao partenon que se originou através de ocupação licenciada então a malha viária já é mais retilínea, as calçadas mais coerentes com as propostas da lei e arborização mais presente. (Cristiane, servidora do IPLAM, 10/21)

Vale destacar, após esses relatos, que existem até hoje no bairro diferenças entre as ruas. Investigar e relacionar a situação de cada uma com a sua localidade separada nas categorias locais citadas acima foi um obstáculo e, portanto, não foram delimitados os problemas de cada rua em si. No entanto, existem diferenças, seja por asfaltamento ou qualidade de moradias, mesmo dentro das localidades já subdivididas. O que buscou-se aqui foi mostrar que existem, no bairro, espaços que carregam características de semelhança notável em relação a outros, mesmo com diferenças entre algumas ruas.

Com isso, a situação dos problemas públicos identificados pelas pessoas envolvidas na vida do bairro mostram a realidade dividida, com as ressalvas já feitas acima no quesito localidade de investimentos. No entanto, é necessário pensar a política no espaço urbano para ajudar na compreensão das razões para não se chegar às devidas melhorias de investimentos no bairro, bem como a participação comunitária nos processos decisórios e na forma como a organização política se dá nas regiões analisadas, uma vez que se fala em luta pela cidade e direito à cidade, além da questão de a política ser não só o campo da formulação dos consensos, mas da produção de conflitos e disputas.

4.3. Participação Comunitária e a Política no Espaço Urbano

Situando a política e a participação comunitária no município de Viçosa, vê-se também necessário um levantamento inicial de algumas informações relevantes. Segundo o TSE, Viçosa possui 53.971 eleitores/as, sendo 4.677 deles situados em seções eleitorais no bairro Santo Antônio e divididos entre dois colégios eleitorais: Colégio Coeducar e Colégio Estadual Raul de Leoni, sendo este o maior colégio eleitoral do município, com 4464 eleitores/as.⁶

No processo eleitoral, os votos no bairro se concentraram em figuras já conhecidas por lá, sendo que de todos os eleitos/as, a votação expressiva no permitiu eleger um “vereador do bairro”, João de Josino (CIDADANIA)⁷, que, por sinal, exerce um papel de

⁶ Esses dados foram obtidos junto ao Cartório Eleitoral do TRE-MG. Questionei sobre as seções eleitorais do bairro Santo Antônio e prontamente foram enviados os documentos com os números das seções eleitorais. Fonte:

<<https://resultados.tse.jus.br/oficial/#/divulga-desktop/boletins-de-urna:e=426;uf=mg;zonaBU=0282;secaoBU=0279;municipioBU=54275>> Acesso em 14 out. 2021

⁷ No decorrer da pesquisa, tentou-se conversar com o vereador, porém a rotina do mesmo impossibilitou uma entrevista formal e mesmo conversas informais. Além do vereador eleito, o nome do ex-vereador Toti também

liderança importante na Câmara como um dos líderes da gestão do atual prefeito, Raimundo Nonato (PSD). Prefeito eleito com ampla maioria dos votos diante dos demais candidatos, sendo que, nas seções eleitorais do bairro Santo Antônio, a vantagem de votos foi considerável. Foi apontado um perfil de pessoa humilde e honesta para o prefeito, mesmo com histórico de cassação de seu mandato, no ano de 2010. Quanto ao vereador, o perfil vai mais no sentido de uma ajuda a alguns cidadãos locais com “remédios e viagens”, mesmo que ele não aparecesse tanto.

O João eu num sei, morar ele num mora mais aqui, mas ele dá uma passadinha de vez em quando. Ele atende mais esses negócios de viagem, negócio de remédio, coisa de medicamento, levar o pessoal pra fora, mas de ação mesmo no bairro num tem muita coisa não. Atende muita coisa não. Eu acho que ele num mora mais aqui não, acho que ele mora lá pro João Braz. (Formiga, moradora do Morro da Coruja, líder comunitária, 09/21)

Consegui porque ele é um homem que, se assim, se você precisar de uma ajuda, chegou perto dele dizendo que precisa comprar um remédio ou de isso assim, assim, ele não olha se você tá precisando mesmo ou Nada não. Ele enfia a mão no bolso, tira o dinheiro e te dá. É um homem da pobreza. (Buffon, morador antigo do bairro, Morro da Coruja, 09/21)

Explicado o quadro institucional, é importante trazer a situação política no bairro, porém no sentido das ações para além das eleições. Santo Antônio possui uma Associação de Moradores, porém ela se encontra, no momento, sem um/a presidente ou representantes. No entanto, a Associação de Moradores tem um histórico interessante de lutas pelo bairro e reivindicações. Segundo relatos, a Associação já conseguiu montar um cursinho pré-vestibular, bem como creches voluntárias, visando atender às demandas do bairro, com espaço cedido pelo poder público, mesmo que o cursinho hoje não esteja mais localizado no bairro.

As últimas que tivemos num teve muita ação não, mas já teve muita ação. Inclusive nossa associação nós criamos um cursinho pré-vestibular, reunimos com os moradores para saber qual a demanda mais urgente que tinha... Então o pessoal falava “Ah o pessoal tem vontade de ir pra Universidade e não tem condição de pagar o cursinho” Aí nós montamos o cursinho pré-vestibular comunitário Ômega e montamos um centro comunitário de educação infantil pra atender os filhos das mães que trabalhavam, porque às vezes ficava na escola só meio período e no outro período não tinha onde deixar os meninos. Então a gente montou pra pegar o

apareceu muito tanto nas conversas com pessoas do bairro quanto nos resultados das urnas. Tentou-se contato com o mesmo, porém não se obteve resposta.

segundo turno. Então eles ficam na escola um período e ficam com a gente no outro período. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

Porém, como a delimitação territorial é importante, vale ressaltar que a Associação de Moradores tem a sede no Morro da Coruja, mas já contou com a participação de pessoas do bairro da parte mais próxima ao centro, o outro lado da Joaquim Lopes de Faria. Não foram recebidas informações sobre a situação do Buraco da Lacraia ou Parthenon⁸. A Associação, portanto, foi um importante meio de se buscar os serviços que o bairro em algum momento demandou, mesmo estando ela, hoje, sem ninguém para seguir com a instituição. Todavia, existe, ainda assim, uma movimentação de alguns moradores/as para que, ao final do período pandêmico, a Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio retorne a funcionar e sejam realizadas eleições para representantes.

Ainda que num momento do bairro existisse uma Associação de Moradores que corresse atrás dos interesses de algumas localidades e ruas, observa-se que o problema da escala, da participação e da rotina de moradores impede ações mais efetivas. Muitas vezes, a participação fica em torno de figuras específicas, como lideranças comunitárias e/ou pessoas com influência o suficiente dentro do bairro para conseguir que as demandas sejam atendidas. Ainda assim, algumas dessas não são necessariamente para o bairro como um todo, mas para algumas ruas ou pautas específicas. A questão da escala, deste modo, se vê presente, também, porque o bairro é extenso e possui diversos problemas públicos, já ditos no tópico anterior. Quanto à rotina dos moradores, pode ser lida como um problema do modo de produção vigente. As necessidades de cumprir as demandas de emprego e o seu eventual desgaste, bem como a falta de ação, já há alguns anos, do poder público em determinadas regiões e uma certa forma de se ver a política como algo somente institucional, podem contribuir com a pouca adesão da(s) comunidade(s) para com a vontade de lutar pelas suas necessidades. Além disso, percebe-se que as maiores reclamações e necessidades de reivindicação estão localizadas no Morro da Coruja. Moradores da parte mais perto do Centro do bairro relatam menos problemas na atualidade, embora no passado existissem demandas nessa parte do bairro, como por exemplo na Joaquim Lopes de Faria.

De forma a mostrar o que aqui foi dito:

⁸ Uma informação que não foi averiguada foi a de que alguns moradores/as da Rua Antônio Lopes Lelis estariam iniciando um movimento de criar uma Associação de Moradores de Rua. Como dito acima, não foi verificada a participação de moradores/as na Associação supracitada na análise.

Aqui o pessoal mais pobre tem medo, não conhece dos seus direitos. Não tem aquele conhecimento de “Eu tenho direito, eu pago meu imposto”. Tem uns que vão instigando os outros, e pessoal de lá já sabe “Eu tenho direito, então eu vou cobrar” e a atenção é maior pra quem cobra. Quem faz mais pressão (é aquela disputa de sempre), a disputa de quem cobra mais e cobra menos. Quanto mais medo você tiver de correr atrás achando que vai chegar “Ah vou votar no fulano que ele vai vim” e depois que você num vem... (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

Porque eu enquanto estive no poder público enquanto morador aqui, eu não vejo uma unidade no bairro que transforme numa mobilização do Bairro. Eu vejo movimentos. Então, por exemplo, tem movimento da Associação de Moradores. Eu nunca participei, mas enquanto era vereador eu acompanhava, eu vi que tinha algumas reuniões, a gente via que tinha algumas reivindicações que eles faziam. Então existe. (...) Por exemplo, quando era vereador tinha um cara do Santo Antônio que ia lá na câmara praticamente todo mês (Jésus Muriaé, mora na Coruja aqui, foi candidato a vereador e é uma liderança comunitária e tal). Qual era a pauta dele? Basicamente melhoria de estrutura física. Calçamento de rua, troca de lâmpada de poste, esgotamento sanitário nem tanto Até onde eu sei o bairro tem lugar que não tem mais na maioria Até onde eu sei tem. Então era isso, num tem uma mobilização, tem mobilização em épocas esporádicas, porque o Santo Antônio por ser um bairro muito grande sempre teve representação política. Hoje tem o vereador João de Josino que mora aqui na Rua Cajuri, ele é vizinho. Na minha época tinha o vereador Tot que mora ali na Coruja também. Mas não eram frutos de mobilizações e de organizações ou de coisa daqueles padrões que a gente tem. Eram lideranças que despontavam e que traziam com eles a figura do bairro assim. Era isso. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacraia, 09/21)

A Associação de moradores fazia com que a presença do poder público não distanciasse. Aí ela distancia e às vezes até de propósito. Você tem 100 reais para gastar e tem 200 de despesa. Os primeiros que aparecerem se você não lembrar dos outros vai tudo para eles, certo? Entende? Além do que a necessidade do ser humano que precisa trabalhar unido. Nós estamos agora no distanciamento social, mas o distanciamento não significa que não estamos com ideias e que nós podemos estar bem próximos. O contraditar as ideias, também não tem problema. (Zagallo, morador da parte mais perto do Centro, 09/21)

É o que a gente sempre fala. Porque na real cobravam mais da gente aqui quando eu tava na Associação. Aí a gente fazia sempre reuniões com o pessoal do bairro, querendo saber o que a gente pode fazer. Aí veio o calçamento de ruas que nós conseguimos aí, foram umas 16 ruas... Então na época era a gente correndo atrás e a gente falava com os pais do tipo “Oh, se a gente quer alguma coisa tem que correr atrás, porque esperar não dá” então indiretamente a gente contribui pro pessoal ficar mais esperto. Igual agora que fizemos uma reunião cobrando o pessoal por causa da escola aqui, que a gente só tem essa escolinha e não dá pra atender a demanda. Tem até ônibus que leva as crianças daqui para outro bairro, mas é porque não tem. Mas é porque o pessoal ficou assim. Igual eu te falo, se tem alguém que fala “Vamos” aí o pessoal anima, aí depois... igual, mudou de presidente e ele já não tinha mais essa disposição então aí acalmou tudo de novo, aí fica só periódico mesmo... Aí “Ah vamos correr atrás. Ninguém da rua se sente incomodado?” Aí já começa um a falar com o outro... é uma mobilização mais local mesmo. De alguém que se sente incomodado. Tem uns que se sentem incomodados e não falam... “Ah porque eu trabalho, não tenho tempo e num sei o que” Mas aí vai um e chama outro, do tipo “Ah isso já tá me incomodando tem muito tempo” aí vão lá... Aí é aquilo, todo

mundo incomodado, mas esperando alguém falar. Ai se alguém falar agita todo mundo. Acho isso muito importante, sempre falo nos nossos grupos que a gente precisa estar expandindo pro bairro. Mas mesmo eles num tem muita atitude mais não, de vir pra periferia... concentra mais na passeata, na reunião, tudo mais pro centro. Agora 7 de setembro tão organizando a mobilização, vão fazer lá no bairro de Fátima na praçinha. Já é um bom começo. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

(Mas ao mesmo tempo você quando tá com o pessoal aqui você acaba reivindicando por alguma melhoria que você observa no bairro, Se você pudesse dizer se existe uma integração para isso...) Não. (Você conhece alguém aqui dentro do Bairro que vai lá encher o saco do Poder público por exemplo ou alguma coisa do tipo?) Não conheço. (...) Então... Eu acho que aqui ou em qualquer outro lugar, ser ouvido vai ser muito difícil. Mas eu não cheguei ao ponto de precisar de recorrer ao poder público para alguma coisa que eu preciso. Então eu acho que objetivamente eu só vou saber disso na hora em que eu estiver lá nessa situação de precisar de alguma coisa e buscar por isso. (Riquelme, morador novo da parte mais perto do Centro, 09/21)

Com isso, pode-se dizer que a participação comunitária no Santo Antônio assume um caráter mais atomizado. Figuras específicas ou pequenos grupos reivindicam pelo bairro, ou mesmo pela sua rua, seja indo em redes sociais da prefeitura para reclamar das condições específicas. A figura da Associação, porém, tem sua devida importância. Como mostrado, o passado de ações pela comunidade mostra ser possível uma luta pela cidade, luta pelo direito à cidade.

É relatada também uma diferença de tratamento, dentro do bairro, quanto às cobranças frente ao poder público. Pessoas do Morro da Coruja apontam a necessidade de insistência para serem atendidas. Entrar em contato diversas vezes com pessoas ligadas aos setores competentes para resolver alguns problemas é algo rotineiro em algumas localidades. Além disso, é apresentado que o nível de cobrança é constante para que se obtenha os serviços públicos e demandas de mais curto prazo, como para fechar buracos na rua, por exemplo:

Enchi muito. Eu fui muito enjoado. Inclusive o último prefeito que foi o Ângelo Chequer (essa rua era pura pedra fincada que Antônio Chequer fincou). Quando eu mudei pra cá e construí essa casa aqui, era tudo rua de terra. Não tinha nada. Ai Antônio Chequer e Carlito Alemão que era mestre de obra, fincaram pedra aqui até lá no alto. Ai ficou por isso muitos anos. Mas minha esposa é cadeirante e um dia eu trouxe o Chequer aqui em casa. Ele até almoçou comigo aí e tudo... pode falar o que quiser e os problemas dele e tal, mas pra mim foi o melhor prefeito que houve até hoje, o Ângelo Chequer. Olha a minha situação: esposa é cadeirante, essa rua cheia de pedra fincada, mal fincada e tal... Minha esposa precisa ir à missa e a Igreja é pertinho aqui e eu tenho que pôr ela no carro com toda a dificuldade, levar ela, chegar lá, tirar ela do carro pra entrar na Igreja, pôr ela no carro outra vez e

voltar e tirar do carro outra vez. Eu falei “Você podia fazer um asfalto disso aqui pra mim”. Ele disse “Pode deixar, eu vou fazer e vou fazer coisa boa. To vendo a dificuldade aqui do senhor, o senhor tem uma liderança muito boa aqui no bairro, eu vou fazer o asfalto sim”. Levou 4 anos, mas fez. De lá da Igreja até lá no alto. Fez tudo até lá embaixo. Então pra mim ele foi o melhor prefeito que houve. (Buffon, morador antigo, Morro da Coruja, 09/21)

Já vi uma mobilização melhor do que hoje. Hoje a mobilização é muito frágil, ela se fragilizou. Não sei se se dividiu em vários grupos, mas ela já foi intensa com participação de alguns. Eu lembro de um amigo que mora do lado de lá (eu falo do lado de lá que é o lado da avenida) que conseguiu que o prefeito tapar os buracos da Joaquim Lopes de Faria botando uma faixa na rua dizendo “A rua que o prefeito tem mais buracos”. Só botou isso. Não falou nem o nome dele. Aí anteciparam as obras. Por ela ser próxima do Córrego ela dá muitos buracos. Agora ela tá boa. (Zagallo, morador da parte mais perto do Centro, 09/21)

A partir dessas (de)limitações de espaço e grupos, a política no espaço urbano no bairro Santo Antônio se vê em situação complicada, porém não somente pela questão da participação atomizada por parte das comunidades, mas por conta do próprio município de Viçosa. Os dados relativos à cidade, para formulação de políticas públicas e mapeamento dos problemas, assim como o caráter mais descritivo da situação do município, se veem em defasagem. Como exemplo, para essa pesquisa, em específico alguns dados do bairro, como populacionais ou aqueles relativos à violência, não puderam ser obtidos por não haver uma base mais robusta disponível. Os relatos da população ajudaram na captação qualitativa, mas, quantitativamente, alguns dados não existem (no tópico acerca dos marcadores sociais essa situação se mostrará mais evidente).

Olha eu vou te falar que eu posso ser ousado na minha resposta aqui... eu só não vou te falar que inviabiliza e que atrapalha 100% muito por dois fatores: um que é pelos servidores públicos efetivos da prefeitura; tem muita gente séria ali que mesmo na falta de material e de dados e estatísticas, ele vai no conhecimento prático. (...) E o outro que ajuda a não inviabilizar é a Universidade, porque o trabalho que você está fazendo, por exemplo, é feito na universidade a 50 anos. Então você tem muita pesquisa lá sobre pontos específicos, não só sobre bairro mais sobre uma educação no bairro, ou saúde no bairro ou projeto de arquitetura urbana... então isso rende também material (...) O problema é que não é da prefeitura, então dificulta um pouco o acesso... mas assim atrapalha, mas eu acho que nos últimos anos eu acho que até tem melhorado, nem por uma questão de intenção dos gestores públicos que estão lá, mas porque as ferramentas hoje que você tem para conseguir recurso exige isso e as ferramentas hoje estão um pouco mais acessíveis. Então você não vai ter dinheiro para o, por exemplo, caixa da Saúde se você não tiver a sua rede do SUS informatizada. Você não vai ter dinheiro do fundeb se você não tiver os dados de educação. Agora tem hora que, por exemplo, o esgotamento sanitário... Você tem a SAAE e você depende da SAAE, e é difícil. Ainda tem, mas tem coisa que falha. Obras e infraestrutura: chega na prefeitura E pergunta na Secretaria de obras se essa e essa e essa rua tem tratamento de esgoto. Eles não vão te saber te falar sobre algumas ruas. Isso atrapalha muito,

porque aí você consegue um investimento aí na hora de você direcionar, qual é a lógica? Você Direcionar para um lugar que mais precisa, mas você não tem dado para saber onde que precisa mais... (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacraia, 09/21)

Ao perguntar no IPLAM se essa defasagem de dados é um empecilho forte, a resposta foi positiva. Além do mais, foi relatado que existe uma demanda técnica de relativa urgência por esses dados, justamente para o mapeamento e direcionamento das ações públicas para se entender os problemas que existem na cidade de Viçosa, e não seria diferente no bairro Santo Antônio.

Com isso, quando se fala da política no espaço urbano, deve-se pensar sua produção e o campo de disputa. O poder público, por ser o principal detentor da burocracia para realização de ações no espaço, é um poderoso agente de formação territorial e, por conta disso, a política acontece, na medida em que aparecem interesses nesse espaço, gerando disputa com outros agentes no território. Além disso, os empreendimentos imobiliários e a presença de construtoras ajudam a moldar o espaço urbano e a política, uma vez que seu poder de investimento e parcerias com o poder público geram consequências importantes para a formação territorial que estiver em questão.

Recentemente, Viçosa está com um projeto de Plano Diretor em discussão. Sendo o Plano Diretor o conjunto legal que delimita os investimentos e a regras sobre uso e ocupação do solo, ele é um importante marco regulatório no espaço urbano, visto que é sobre ele que a cidade versa sobre suas normas e direitos para com a sua população, tanto que uma das diretrizes do Plano Diretor é a participação popular na sua discussão. No entanto, também é o Plano Diretor que estabelece como se deve/pode investir em determinadas localidades. A partir disso, percebe-se a disputa pelas regras sobre a cidade e as pressões do capital imobiliário e a pressão no poder público aumenta, assim como os conflitos para com os grupos de interesse.

O projeto do Plano Diretor em questão é de 2017. Naquele momento, um clima tenso permeou a discussão, muito por conta das divergências ao olhar para como deveria se dar o Plano Diretor e os seus princípios basilares para a cidade de Viçosa. O embate de interesses se deu entre construtores de Viçosa, população e representantes do poder público.

Então, lá na Câmara chegavam alguns. Não dá pra dar a dimensão total porque com certeza o foco disso é o IPLAM. O maior conflito que chegou na Câmara foi o

plano diretor. Ele trata sobre isso, ele fala sobre isso, fala sobre ocupação do solo, Sobre o ordenamento da cidade e Viçosa não tem plano diretor desde 2000. E aí é a hora da discussão do plano diretor que você vê os empresários todos na câmara, porque eles não aparecem lá eles não dão as caras. Eles tem um jeito de interferir no dia a dia sem precisar aparecer ou das caras. Mas quando vai votar Plano Diretor é um bafafá, um Deus-que-me-livre, é uma dificuldade muito grande para aceitar regras. Eles falam que as regras são ruins, mas isso não é verdade. A verdade mesmo é que eles têm dificuldade de aceitar regras, Por que sempre esteve acostumado a fazer as coisas do jeito que quis, e não é por falta de lei porque a lei existe. Sempre existiu, Ou melhor nem sempre existiu. Mas enfim, são Pessoas que estão no poder que tem interferência política ou famílias que ocupam a prefeitura a anos e anos e a lei sempre valeu. Então se você vai mudar a lei às vezes para pesar um pouco mais, a pessoa fica um pouco mais receosa de enfrentar né. Então no plano diretor que nós tentamos aprovar Nós perdemos por dois votos e foi com Deus que me livre. Por exemplo esses prédios aqui do Parthenon, esses prédios que tão subindo na rua aqui do outro lado e em cima... o dono daquilo ali, que é uma figura conhecida aqui em Viçosa, ele quase acampou na Câmara. Ele batia na na porta dos gabinetes dos vereadores toda hora, ele pedia, criava um monte de discurso sem pé nem cabeça, do tipo que ia acabar com os empregos de Viçosa... E ali a gente tava sentindo que aquilo podia interferir nos interesses pessoais dele e nada mais. Ele tava pensando nele, não tava pensando na cidade. O momento que eu passei de mais tensão nisso foi sem dúvidas o Plano Diretor. (...) Existe uma reclamação muito grande dos empresários de que essas audiências públicas não tiveram uma adesão muito grande da população. Em boa parte não tiveram mesmo, mas isso infelizmente não pode diminuir quem foi lá e participou. Então se eu faço uma audiência pública aqui no Cantinho do Céu eu quero que vá 200 pessoas ou Quinhentas pessoas, mas se for 20 eu tenho que respeitar a vontade dos vinte e a disponibilidade que os 20 tiveram de ir, de discutir e de passar as coisas. Então ele aconteceu só que esse plano foi derrubado Por que enfrentava os interesses dos grandes construtores de Viçosa. Quem conduziu uma nova proposta foi o ex-vice-prefeito que é um grande construtor de Viçosa. Se não for o maior é um dos três maiores. E nesse processo ele abdicou completamente da Participação Popular. Não teve uma audiência pública, não teve nada. Ele pegou o plano anterior, viu que é interessante para eles e fizeram uma proposta nova. Pelo o que eu to acompanhando pelos jornais, o que o quê esta câmara atual está questionando exatamente isso, a falta da Participação Popular o que deixa o plano no entender da câmara, e que eu compartilho, inconstitucional, já que uma lei maior que o estatuto da cidade não permite. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacraia, 09/21)

Mas eu acho que não. Eu acho que o último que estava sendo passado, esse que foi reprovado na administração anterior, eu acho que não tava ruim não. Coisa que eu te falei, tem coisa para melhorar isso tem, mas o município acaba perdendo com isso também, né? Porque é uma coisa que não flui, fica aquela coisa travada. Um puxa para um lado, outro puxa para o outro e no final todo mundo sai perdendo. Igual a urbanização do Paraíso... muita gente é contra, eu sou a favor. Porque hoje o Paraíso ele tá urbano. Não tá sendo urbanizado regular, mas irregular... você sabe que agora a quantidade de residência que tá saindo do lado da rodovia não só nas beiradas da rodovia como nas vias secundárias que tem ali, e tá tendo algum tipo de fiscalização? Tá tendo algum tipo de legislação? “Olha, você vai ter que deixar uma área de 30% permeado, a parte de ocupação vai ser de uma moradia por lote”... Podia ser uma coisa mais rígida, mais severa, com um Poder construtivo menor, uma taxa de penalização maior, voltada para a localização. Uma das bacias que a gente tem no município tá lá... Sim, bacana, a gente tem que olhar por esse lado sim. Mas não deixar o trem do jeito que tá. “Ah eu não sou a favor da urbanização do Paraíso, mas moro num conjunto habitacional de 10 casas, onde cada casa tem

200 m²/lote”. Então você vai falar que você não aceita a urbanização sendo que você mora dentro de uma? Então é um dos pontos negativos que eu vejo é isso. (...) Negociação política. Eu acho uma briga política... não sei se é uma briga mas é uma falta de entendimento da lei. Cabeças Diferentes né... eu acho que é isso. E é ruim, pra cidade né? Pra gente que constrói é péssimo. Nesse sentido, muita gente acha que o Construtor ele é garimpeiro, no sentido de explorar Terra ao máximo... E de uma certa forma a gente quer tirar da terra o máximo de proveito, mas é claro que obedecendo as leis ambientais, estaduais, federais e municipais. E eu acho que esse negócio do Plano Diretor eles tinham que tentar escutar mais o Construtor e o empreendedor, porque de uma certa forma quem gira o dinheiro e faz mais focado nesse ramo, né. Coisas que eu vejo não tem muito. (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

Em setembro deste ano, uma audiência pública colocou em discussão o Plano Diretor novamente, porém com a pauta mais voltada para a urbanização de outro bairro, o Paraíso. No entanto, ainda assim é possível observar o jogo político e as ideias que estavam permeando a discussão do Paraíso, uma vez que as regras e normas do Plano Diretor valem para toda a cidade. Na presença de empreendedores, membros da sociedade civil, diretores de órgãos técnicos com secretaria de Meio Ambiente e IPLAM e vereadores/as, a audiência aconteceu no dia 20 de setembro de 2021.

Ao longo da audiência, observou-se um discurso harmônico entre construtores e órgãos técnicos, mesmo que a reclamação por parte dos mesmos fosse a burocracia e os entraves que o poder público colocava para a urbanização do Paraíso e, também, no regramento do Plano Diretor⁹. Esse discurso também se fez presente em conversas com pessoas envolvidas com o debate em torno dessa questão:

Claro que são cabeças diferentes, mas hoje se você conversar com muitos Construtores eles vão te falar isso mais ou menos o que eu tô te falando. Onde eu vou, SAAE, Prefeitura, IPLAM, CEMIG, Cadastro, na Receita, Secretaria de Fazenda, eles não fizeram nada de errado. Eu falo que não quero nada de errado. Eu só quero resolver as coisas, e uma forma fácil de fazer isso se resolver, e eles ficam me puxando para trás. É igual eu te falei, é aquela coisa meio engessada, é aquele trem que não vai. O trem que tinha tudo para dar certo, o cadastro da prefeitura da secretaria de fazenda, aquilo ali é uma mina de ouro por município, a quantidade de TDI, IPTU, é muita coisa que gira. Muita não gente passa hoje uma escritura dentro de Viçosa, que vai gerar renda tanto para prefeitura quanto para o cartório, por conta da burocracia. “Ah, eu? Lá na prefeitura? Encheção de saco danada, quero isso não”. Aí acaba o município perdendo de uma certa forma com isso, eu acho que aquilo ali Tinha que funcionar igual um relógio, sabe? Atendimento bem... É um setor público mas a prefeitura é uma empresa, eu vejo como uma empresa porque

⁹ A audiência pública foi transmitida pelo YouTube da TV Viçosa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7ILPlpn-ObE> Acesso 11 de Out. 2021

ela precisa de lucro e precisa de receita para poder administrar o município de uma forma geral então eu acho um pouco ruim nesse sentido. (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

No caso do IPLAM, também foi dito que a burocracia, de fato, causa morosidade dos processos. No entanto, vale a menção de que o órgão reforça a necessidade de leis e vistorias rígidas ao olhar os processos, produzindo relatórios técnicos necessários para garantir a melhor segurança para a população e para os investidores.

São disputas no campo da lei e do direito, componentes, portanto, que moldam o espaço urbano na medida em que as normas e leis são feitas em tal instância. Por estar nesse campo, os interesses são diversos e inevitavelmente afetam a vida das pessoas e a disponibilidade dos recursos em questão. Nesse sentido, a política no espaço urbano se faz presente na medida em que o conflito pelo regramento e pelos recursos influencia na possibilidade de tê-los disponíveis na cidade e para a cidade, mas principalmente para as áreas urbanas, configurando, assim, a tentativa de se conseguir cidadania. A população, apresentando suas críticas ao projeto de Plano Diretor ou mesmo à forma como foi conduzido no passado e é conduzido no presente, mostra a forma de se fazer política, bem como os interesses em jogo de grupos como empreendedores e construtores, sendo limitados ou respaldados pelos agentes públicos, seja por discurso de vereadores/as ou na forma como os órgãos executivos lidam com as demandas que chegam desses dois grupos de interesses.

A política no Santo Antônio não é feita somente na escala institucional - se for pensar na ideia de que existe um “vereador do bairro” ou na disputa legal, se pensar no Plano Diretor como um exemplo. A política no Santo Antônio não foge da ideia da disputa pelo espaço público, pelos recursos e pelas melhorias. Uma condição, portanto, de cidadania, mesmo que de forma atomizada, uma vez que as mobilizações no bairro não são feitas de maneira substancialmente coletiva na atualidade, os indivíduos cobram o poder público por ações e necessidades do bairro.

No entanto, vale ressaltar que existem questões sociais mais profundas nesse debate sobre a política no espaço urbano, visto que o contexto do município e, mais especificamente, no bairro Santo Antônio, não foge de marcações encontradas em outras cidades. A urbanização e os processos decorrentes da mesma, como foi explorado nos capítulos de

revisão de literatura, produzem fenômenos sócio-territoriais amplos e, como será mostrado, não é diferente na extensão do bairro.

4.4. Exclusão Territorial, Grupos de Interesse e Marcadores Sociais

Quando expostos os problemas públicos no tópico 4.2, foi argumentado que o bairro Santo Antônio não fugia de uma lógica global que acomete o local (SANTOS, 2006). Foi dito também que os problemas do Santo Antônio não eram diferentes dos de outros bairros, como a questão do asfaltamento e infraestrutura. Aliás, em quesito de serviços, o bairro é bem suprido, por conta da sua proximidade com o Centro da cidade, com a Castelo Branco e mesmo com a Joaquim Lopes de Faria, pois estão esses recursos ali próximos dentro dessa avenida, não precisando, aliás, recorrer tanto assim ao Centro para diversas atividades.

Porém, deve-se acrescentar outras questões comuns ao município como um todo, porém buscando no Santo Antônio um caso exemplar para evidenciar um dos principais problemas identificados nessa pesquisa: a exclusão territorial a partir de marcadores sociais, sendo observados os marcadores de raça e classe. Além disso, como foi adiantado pelo tópico 4.3, a política no espaço urbano não se faz somente na escala institucional no bairro Santo Antônio: os grupos de interesse disputam a cidade e as regras que irão vigorar sobre ela. É o campo de atuação dos grupos de interesse, que nessa disputa perpassam os marcadores sobreditos neste tópico.

A inter-relação entre exclusão territorial e marcadores sociais é perceptível no bairro, na medida em que as áreas que mais carecem de infraestrutura e mais demandam de reivindicações são as mais pobres e de população predominantemente negra¹⁰. As áreas mais pobres e negras são as regiões do Morro da Coruja e o Buraco da Lacraia. São localidades onde se presencia o racismo de tipo estrutural e demais formas de segregação racial¹¹.

¹⁰ Aqui vale ressaltar problemas de método: o critério aqui utilizado foi heteroidentificação, porém sendo eu a única pessoa a avaliar a situação. Não é a situação ideal, uma vez que uma equipe maior para realizar tanto o levantamento de dados quanto a identificação seria importante para dar mais robustez a esse tópico da pesquisa, tal qual uma quantificação a partir da autodeclaração.

¹¹ A percepção dos marcadores sociais se deu a partir de narrativas das pessoas de dentro do próprio bairro. Não foram recolhidos dados das localidades uma vez que tal levantamento, para essa pesquisa em específico, não foi feito de forma quantitativo, mas sim recolhendo depoimentos e percepções subjetivas das pessoas do bairro, de forma a conectar com as teorias com as percepções nas idas ao campo, na forma como os sujeitos se narram.

Bom, eu não consigo excitar casos específicos ou escandalosos... Não que eu tenha presenciado. Mas por exemplo, quando você fala que mora no buraco da Lacreia e que no meu caso eu sou negro e os outros negros que tem aqui, as pessoas já vem com um olho diferente. No Morro da Coruja por ter esse histórico de presença de tráfico e tal... as pessoas vêm. E o Morro da Coruja é um lugar que essencialmente negros moram e é o lugar que chegou menos estrutura física e menos estrutura pública. É o lugar que se você pegar o IDH do Bairro junto aqui com essa área da rua Cajuri, com certeza são os lugares menores e os lugares com mais quantidade de negros e negras morando. Eu acho que o racismo que existe aqui (vamos dar nome para as coisas) é o racismo estrutural que tem no país mesmo, não tem nada muito específico do Bairro. (Não existe uma peculiaridade... a peculiaridade é essa rua vamos dizer assim?) Eu acho que sim, que são as localidades. A Coruja e aqui, a Cajuri. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacreia, 09/21)

A segregação socioterritorial existente no bairro é marcante e o relato acima é elucidativo, conforme se anda por essas localidades e compara-se com as demais do bairro. As regiões do Morro da Coruja e Buraco da Lacreia possuem casas mais humildes, em algumas ruas faltam calçamentos e estrutura física para eventuais problemas com chuva, por exemplo. Isso se dá a partir do processo de expansão do bairro desde seu princípio, já explicitado no primeiro tópico dessa análise.

Os marcos territoriais das avenidas Joaquim Lopes de Faria e Castelo Branco e a rua Antônio Lopes Lélis se mostram importantes para acrescentar ao conceito de exclusão territorial maior concretude no caso do bairro Santo Antônio. A região mais próxima do Centro do bairro, mesmo que em morros e com algumas deficiências de calçamento e espaçamento entre as ruas e calçadas, mostra melhores estrutura, regularidade de ocupação e indicadores sociais, uma vez que o maior histórico de violência e criminalidade no bairro (como briga de gangues e presença de bocas de fumo) e maiores demandas e necessidade de reivindicações e reclamações estão do outro lado da Joaquim Lopes de Faria, bem como na região do Buraco da Lacreia.

Dado o histórico de criminalidade experienciado por mim quando moradora do bairro no período de 2014 a 2016, diria que pra segurança a demanda é maior na parte alta ou cantinho do céu, compreendida na porção entre a avenida Joaquim Lopes de Faria e a área de mata que liga ao Júlia Mollá e Inácio Martins e também na porção entre a Castelo Branco, Partenon e rodovia, excluindo os loteamentos novos da região do Partenon. Esses locais também são os que demandam maior intervenção da defesa civil em épocas de chuva, dado percebido na época em que estive no parques e jardins por fazer parte da equipe que ficava de sobreaviso para atuar em caso de desastre (por coordenar os operadores de motosserra e equipe de limpeza em caso de queda de árvore). E também essa região mencionada tem as maiores demandas de intervenção em calçadas e vias que estão sendo estudadas agora após a aprovação do plano de mobilidade. (Cristiane, servidora do IPLAM, 10/21)

Mas o pessoal do Parthenon tem muita gente lá não, tem? Tem morador do lado de lá não uai. Lá só tem o Parthenon, uma escola, um clube lá e uma família... Agora que tá chegando gente lá então eu não sei, tem pouca gente lá. Num tem muito morador lá pra falar assim, que faz muita diferença. Agora, a diferença que a gente nota mesmo é do lado da esquerda. Mas aqui a gente não tem muito contato com eles mesmo não. Isso ai você vai ter que buscar porque eu não tô sabendo não. Pode ser que esse pessoal novo tenha alguma coisa. Eles nem devem saber que ali pertence a Santo Antônio... porque são muito poucas pessoas, tem uns prédios lá agora, e lá tem um sindicato também, Aí a gente só vai lá para conversar com o pessoal do sindicato mesmo. Do pessoal do comércio. (...) Mais pra esquerda tem. Pode ser no alto, mas mais pra esquerda tem. A esquerda do alto é atendida, a direita não. (Formiga, moradora do Morro da Coruja e líder comunitária, 09/21)

É como eu disse, o bairro é um bairro muito grande. A parte ali da Coruja é visivelmente a parte mais pobre do bairro. Aqui essa rua Cajuri a gente tem um problema também de casas mais precárias um pouco ou mais humildes... A área mais privilegiada é a área que cerca a Castelo Branco, ela é inclusive foco de especulação imobiliária de grandes empreendimentos. Então padaria que você falou que você desceu, ali aqueles prédios que tem são grandes Empreendimentos e aquilo é de talvez 8 anos para cá posso, estar me confundindo no tempo mas eu acho que não é muito mais do que isso. Então aquela área ali se valorizou muito, o resto do Santo Antônio é mais ou menos homogêneo. Até dá pra ver daqui, se você olhar para lá cresceu muito prédio para lá que já foi quando abriu o Coeducar ali que não era ali o Partenon e outros Empreendimentos ali, tem um centro médico de especialidade e tal... então bairro tá crescendo. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacreia, 09/21)

Ah, eu acho que tem. Pelo menos eu tenho essa impressão a muito tempo já de que o bairro é meio dividido pela Joaquim Lopes de Faria. (E sobre as desvantagens do bairro) Eu poderia dizer o morrinho aí, mas é tão insignificante... É um morro muito pequeno Para eu reclamar dele. Eu não consigo ver desvantagens não. É perto do centro, ao mesmo tempo é distante então dá essa tranquilidade a mais de não ter tanto movimento. No caso a rua aqui não é a que faz essa ligação, no caso é a Carlota que faz, então... não vejo desvantagem não. (Riquelme, morador novo da parte mais perto do centro, 09/21)

Com isso, e conforme a Figura 5, o bairro é subdividido em 3 partes. De vermelho, as partes do bairro onde as condições urbanas são deficitárias e territorialmente mais excluídas do que as regiões em azul e amarelo, sendo a região em azul a mais próxima ao centro e com um histórico de ocupação menos irregular comparado à região em vermelho e com maior disponibilidade de serviços e menos necessidade de intervenção por parte do poder público, uma vez que é melhor abarcada. Em amarelo, a região do Partenon a partir da Rua Antônio Lopes Lélis, onde observa-se a presença da engenharia pública com melhor regularidade e com menos problemas urbanos infraestruturais, com uma população de classe mais alta, tendo em vista as casas e apartamentos de melhor qualidade estrutural, além de ser uma

região melhor planejada e de um histórico de ocupação diferente das demais porções do bairro.

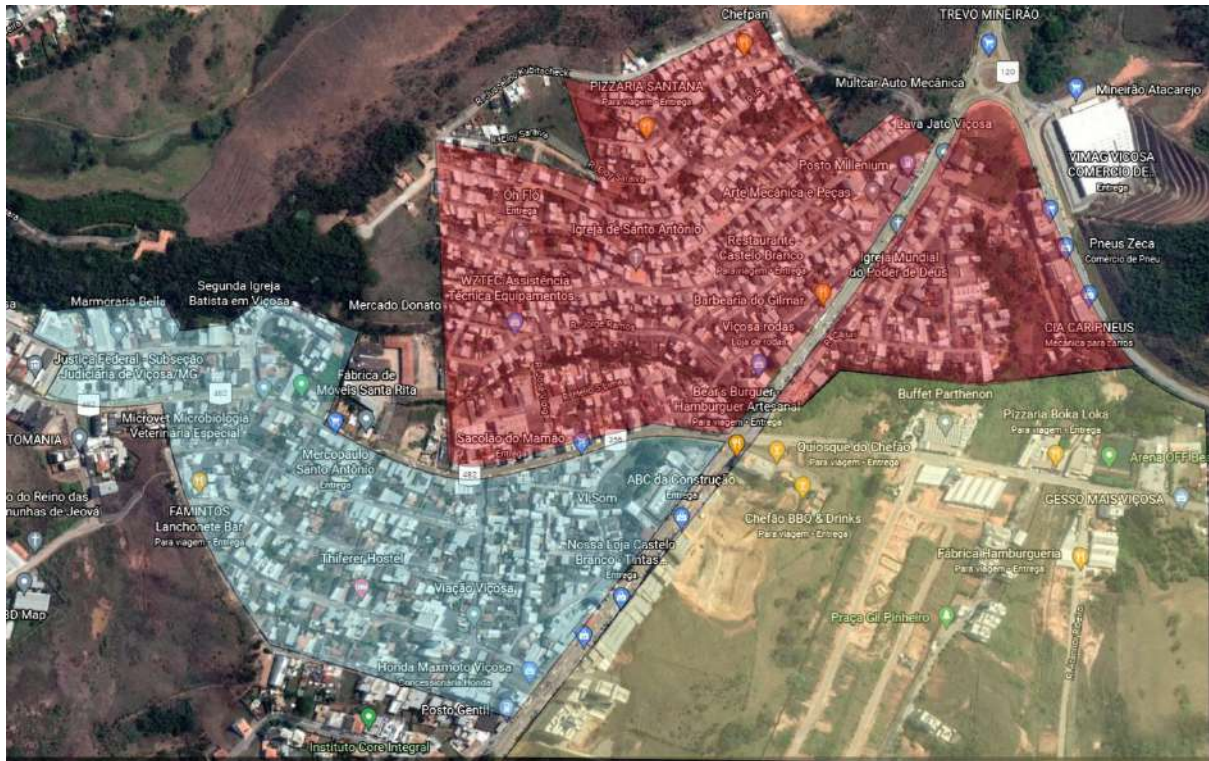


Figura 5: Divisão Territorial do bairro Santo Antônio segundo os padrões de inclusão/exclusão territorial. Fonte: Google Earth. Grifos próprios.

Os marcadores sociais de classe e raça mostraram-se como uma leitura possível do bairro Santo Antônio na questão de se pensar onde chegam as políticas públicas e onde não chegam. Essa realidade, como foi elucidado na literatura utilizada na pesquisa, não foge da situação geral do Brasil em si.

Aqui, vale ressaltar demais razões para a exclusão territorial, a partir dos grupos de interesse que atuam no bairro. O capital imobiliário e as construtoras têm preferências dentro do Santo Antônio e intenções específicas. O caso de investir em proximidades de regiões menos privilegiadas pelo poder público, segundo o relato colhido, tem como fundamento o direcionamento de investimentos futuros, tanto no sentido de melhorar a região quanto a visão que se tem do bairro para pessoas interessadas em empreender na região. A partir disso, faz sentido melhorar as regiões mais precárias. Ainda assim, as preferências dentro do bairro estão na região do Partenon e na região mais próxima ao Centro da cidade. Em conversas

com representantes da imobiliária, de fato a maioria dos empreendimentos está nessas duas regiões, conforme as referências citadas no tópico 4.1. Além disso, os processos de loteamentos no bairro Santo Antônio, segundo o que pôde ser avaliado no IPLAM, estão de fato concentrados nas regiões do Partenon e proximidades da Castelo Branco e Joaquim Lopes de Faria, mais próximos ao Centro. Os loteamentos em torno do Partenon, na rua Antônio Lopes Lélis, foram planejados e possuem regularidade para com o poder público, além de maior garantia de segurança do que outras ocupações territoriais dentro do bairro. Abaixo, alguns argumentos e imagens:

É porque muitas vezes também para a gente poder entregar uma coisa melhor você tem que ter uma infraestrutura. Não adianta na porta da sua casa ter iluminação, pavimentação, água, esgoto e rede pluvial, mas o acesso até ela não tem nada. Então é uma coisa que eu acho que acaba casando, né? Tem que ser feito junto pra poder oferecer algumas coisas melhores. E tem umas leis de parceria público e privada, que pode juntar poder público e o Construtor, o empreendedor pra poder fazer. É uma lei que ajudou, ajudou um pouquinho sim. Só que, voltando atrás de novo, no município não tem muito lado, sabe? Pra mexer... Tem essas leis mas parece que elas são específicas para certas pessoas, sabe? Talvez você tenha uma ideia ou interesse de fazer alguma coisa que vai ser ótima para o município, mas você acaba sendo travado ali e não consegue tocar as coisas para frente. (Eusébio, representante de construtora, 09/21)

E vemos mais atualmente uma ocupação mais ordenada da porção próximo ao partenon que se originou através de ocupação licenciada então a malha viária já é mais retilínea, as calçadas mais coerentes com as propostas da lei e arborização mais presente. (Cristiane, servidora do IPLAM, 10/21)

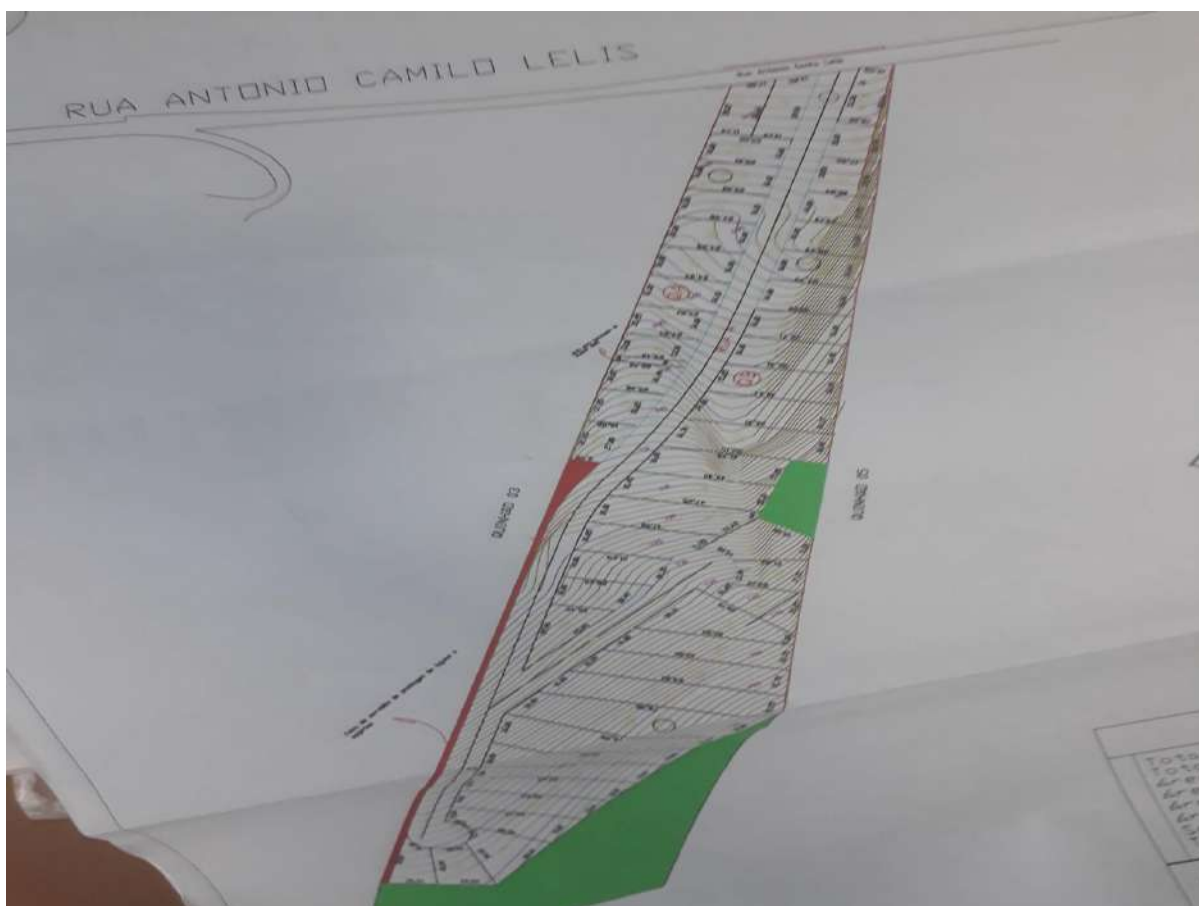


Figura 6: Planejamento da região próxima ao Parthenon. Fonte: IPLAM - Viçosa/MG.

Com isso, na medida em que o bairro se desenvolve e se diferencia dentro do seu próprio espaço/limite, as áreas citadas acima se tornam não só alvos de investimentos e de melhor estruturação das instâncias competentes, mas também assumem diferenças fortes o suficiente para moldar a identidade do bairro. Não foi totalmente averiguado, mas a região do Partenon busca uma diferenciação suficientemente grande para se configurar como um novo bairro, mesmo que sua expansão e qualidade de planejamento já sejam destoantes em relação às demais localidades do Santo Antônio. Para fazer justiça, ao problema da falta de pracinhas pelo bairro, é em uma das ruas transversais à rua Antônio Lopes Lélis que se localiza a única do bairro. Segue alguns relatos:

Eu ouvi dizer que isso é uma informação que eu não posso te confirmar, que estão querendo dar um nome de um novo bairro para essa área que tá crescendo aqui do Partenon para cima, que existe uma intenção de dar um nome para um novo bairro ali, e quem faz prédio ali a gente da especulação imobiliária gente da grana os grandes construtores de Viçosa, sabe? Mas é por isso, pela imensidão do bairro acharam ali uma oportunidade de crescer ainda mais. E, com certeza, Vai ser o lugar

que vai ter a melhor estrutura. Agora, a parte mais velha que essa parte aqui da Lacreia e da coruja, que é por exemplo perto ali do galpão que eu acho que nem existe mais, mas era uma casa de festa... São moradores do Cantinho do Céu de mais ou menos 60 anos. Essas partes elas ainda não foram algo desses grandes investidores e por aí vai, agora rodeando a avenida e essa parte aqui, se você viesse 10 anos atrás você não ia reconhecer. É completamente diferente. (Barbosa, ex-vereador e morador novo do Buraco da Lacreia, 09/21)

Esse tipo de situação, se confirmada junto com a ideia exposta da formulação de um Associação de Rua, concorda não só com a exclusão territorial existente no bairro pelo planejamento diferente e as suas consequências frente aos indicadores de serviços, reclamações e problema públicos existentes, mas também com a fragmentação da política e do espaço no bairro que já é aparente com base nas imagens e percepções já demonstradas até aqui. Além disso, evidencia-se que um bairro da cidade pode ser reapropriado pela repartição dos grupos de interesse, seja pela presença do poder público, do planejamento e dos serviços, ou pela sua ausência em pontos delimitados por marcadores de classe e raça, dada a diferença das áreas ricas e brancas para com as áreas pobres e negras. Seguem, agora, algumas fotos da única praça do bairro Santo Antônio:





Figuras 7 e 8: Praça Gil Pinheiro, localizada na Rua Vereador Gilberto Valério Pinheiro, na área do Parthenon

A partir do que foi apresentado, observou-se alguns padrões de exclusão territorial no bairro Santo Antônio, tendo relação aparente com marcadores sociais de classe e raça, carregando os problemas decorrentes de suas peculiaridades. Além disso, a divisão territorial do bairro conforme a atuação e poder dos grupos de interesse em disputa pelo território (com seus argumentos para justificar suas respectivas inclinações). Esses interesses e a forma como eles se dispõem no espaço, de forma política, moldam, formam e deformam o território e trazem consequências para a disposição e composição do bairro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as leituras realizadas e a obtenção dos dados, bem como as análises realizadas a partir do que foi adquirido, é possível dizer que o Santo Antônio não possui problemas que fogem tanto dos problemas do município de Viçosa e, também, de outras cidades do Brasil.

Com um histórico de ocupação irregular e majoritariamente com a finalidade de suportar a quantidade de pessoas que vieram para a cidade nos princípios, tanto a formação territorial do bairro quanto sua morfologia se mostram presentes até hoje, mesmo que as lógicas de expansão de cada área do bairro sejam diferentes, como quando se compara o Morro da Coruja com a área do Parthenon, dado que são áreas de investimentos de origens distintas e de vontades de atuação de grupos de interesse de diferentes escalas e motivos.

Quanto aos conflitos urbanos e os problemas públicos, aliados à formação territorial do bairro, são comuns aos da cidade de um modo geral: infraestrutura deficitária em determinadas localidades, problemas estruturais, como asfaltamento, calçamento e iluminação e segurança (principalmente em áreas com histórico de violência mais recente). A demanda do Santo Antônio pelas praças e espaços ao ar livre também é algo que, mesmo que comum a toda a cidade, deve ser levado em consideração, uma vez que o tamanho do bairro é consideravelmente grande. Além disso, o bairro mostra seus conflitos internos no momento em que os territórios desiguais se mostram e o atendimento para áreas com maior necessidade se evidenciam nas reclamações da população e dos problemas identificados, evidenciando a divisão do bairro em áreas mais privilegiadas (parte mais próxima ao Centro e Parthenon) e menos privilegiadas (Morro da Coruja e Buraco da Lacreia).

A participação comunitária e a política no espaço urbano no bairro tem um perfil mais atomizado e se concentra na figura de poucas pessoas que buscam a escassez dos recursos da cidade (REZENDE DE CARVALHO, 1995), e as reivindicações estão diretamente ligadas com as pautas e problemas públicos identificados, bem como às áreas identificadas como as com maiores defasagens. A Associação de Moradores do bairro, à época que estava ocupada e atuante, se mostrou como um importante e, pode-se dizer, efetivo instrumento político, na medida que permitiu a melhoria e o atendimento de demandas da localidade em que estava instalada e, eventualmente, para o bairro como um todo. Além disso, a política no espaço urbano se revela tensionada pelos grupos de interesse e a discussão do Plano Diretor e a percepção dos agentes envolvidos revela como o regramento da terra urbana e as leis de zoneamento são problemas latentes no município e também, portanto, no bairro Santo Antônio. É a disputa no/pelo espaço que faz com que a política não seja uma condição de atuação restrita somente ao Estado na figura da prefeitura e dos órgãos públicos, mas também

uma forma de agir das pessoas que disputam o território, como moradores/as e representantes do capital imobiliário e construtoras.

No que se refere a esses grupos de interesse e sua atuação no bairro, a exclusão territorial fica latente, podendo-se ligar com marcadores sociais de classe e raça. A divisão do bairro em três blocos mostrados na figura 5 é sintomática. Problemas públicos identificados pela população, áreas de ocupação mais irregular e onde o planejamento urbano não chegou com a devida atenção sendo as áreas onde se identifica maior quantidade de pessoas pobres e negras revelam grandes paradigmas e problemas sociais que acometem o Brasil, tendo na escala local do bairro Santo Antônio mais um exemplo de um problema persistente e que merece a devida atenção por parte de planejadores, servidores e da sociedade civil como um todo. Atenta-se, também, para a expansão da área do Parthenon (com proximidade admissível com essas áreas do bairro) que tende a reproduzir as desigualdades na medida em que as atenções dos órgãos em quesito de loteamentos e melhorias urbanas tendem a se voltar para tal região, uma vez que a elite do bairro se situa nessa localidade.

Sendo assim, a partir dos resultados obtidos na pesquisa, é possível observar o jogo político e social no direcionamento dos recursos públicos, além de saber algumas razões para o direcionamento dos investimentos, bem como a agenda política que, ao que tudo indica, atravessa muitos dos governos que administraram o município ao longo do tempo. Questões estruturais, como as condições de classe e o racismo, interferem diretamente na direção das atenções dos governos no bairro Santo Antônio. Onde não chegou o planejamento urbano adequado, desde seu processo de formação inicial, e onde localizam-se maiores problemas até hoje são as áreas cuja população é majoritariamente negra e de classes mais baixas. Onde houve planejamento e regularidade nos processos e uma expansão rápida por conta disso, bem como é o local onde construtores mais buscam investir, são áreas de classes altas e de população composta por pessoas majoritariamente brancas. Esse tipo de situação não é exclusivo do bairro em si, como já foi argumentado. A literatura usada nesta pesquisa dá luz a esses processos de exclusão social e territorial, no entanto, vale ressaltar a questão da percepção de tais marcadores a partir da forma como os sujeitos se narram, e não com a evidência de dados quantitativos por território, uma vez que esse tipo de divisão dentro do bairro, por localidade, não foi utilizado na pesquisa.

Por conta disso, vê-se como o planejamento urbano pode promover e alargar desigualdades, tanto pela sua presença quanto pela sua ausência. Mesmo leis como a do Plano Diretor, quando envolvem disputas por parte dos grupos de interesse, não conseguem suprir todas as necessidades. A falta de execução das leis e regramentos em muitas localidades leva à degradação da condição de cidadania da população que é afetada por esse tipo de situação. É essa condição, bem como questões sistêmicas do capitalismo, que ocasionam a espoliação urbana exposta por Kowarick (1979), uma vez que é identificável a expansão do bairro para os morros sob condições irregulares e excludentes no que tange ao direito à cidade. É perceber esses processos, as vitalidades e nuances das localidades que permite que sejam elaboradas estratégias para combater os problemas, seja em escala micro ou macro.

Verifica-se também, no bairro, de forma exemplar, os processos de Horizontalidades e Verticalidades expostas por Milton Santos (2006). O bairro passa pelo processo de verticalidades, uma vez que está sob uma lógica global e hegemônica conduzida pelo capitalismo, visto que a atuação dos mercados de construção e imobiliário elegem uma lógica de ocupação e expansão regular, como é mostrado por meio da localidade do Parthenon, bem como está sob lógica de exclusão/segregação territorial e espacial a partir desse território em relação às localidades do Morro da Coruja e Buraco da Lacreia. Além disso, são presentes no bairro as horizontalidades, uma vez que processos cotidianos são construídos sob as suas peculiaridades de bairro, (de)formando o território conforme a sua construção histórica específica, como foi mostrado a partir da história do Cantinho do Céu e suas respectivas subdivisões de acordo com ao avanço do tempo. São processos simultâneos, como o autor já sinalizava, que se entremeiam e formam o espaço do bairro, sob lógicas de desigualdade que cerceiam determinados locais e pessoas conforme os marcadores socioterritoriais.

Com isso, aquilo que Harvey (2014) chama de direito à cidade e a possibilidade de agir no espaço, estão nas mãos de um grupo mais ou menos seletivo de pessoas e agentes: o poder público como detentor das ferramentas para agir e o capital imobiliário e construtoras que possuem poder de barganha e de modificar os rumos das ações públicas. No entanto, o mesmo autor adverte para aquilo que no bairro Santo Antônio existe, mesmo que de forma atomizada por parte da população: a reivindicação da cidade. Reivindicar o poder configurador do espaço urbano e da condição de cidade é algo presente na figura de líderes comunitários. A Associação de Moradores ofereceu respostas para o bairro que devem ser

valorizadas, mesmo que em uma localidade específica. Fortalecer o entendimento do local, fazer a política no espaço urbano no sentido de buscar uma condição mais igualitária perante as desigualdades múltiplas que acometem o bairro é algo vital para a construção de uma cidade mais democrática, e não seria diferente com a situação do bairro Santo Antônio.

De qualquer forma, com todos os problemas, as pessoas do bairro Santo Antônio, de um modo geral gostam de morar lá. É, a critério de conclusões, um bairro que, embora vasto, é suprido de serviços públicos, próximo ao centro da cidade e que ao longo do tempo vem conquistando melhorias, ainda que muitas lacunas e problemas sejam identificáveis.

E com isso, é partir da luta pela cidade e pelo território que o bairro melhora a sua situação frente aos problemas que emergem e aos que já são latentes na sociedade. Cabe, portanto, buscar reduzir as desigualdades, lutar contra sistemas de opressões e, portanto, ir para a arena política. Em qualquer uma das instâncias possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2020.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Estatísticas de eleitorado. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona> Acesso em 10 out. 2021

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/ptssLjzLSyg9vJR6Js5kpKf/?lang=pt&format=pdf> Acesso em 01 set. 2021

COSTA, Rodrigo Paulinelli de Almeida. **Santo Antônio**: relatos e história de um cantinho de Viçosa. Viçosa, MG, 2011

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. Cidade: Cortez Editora, 2003.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. - 1. ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2000, v. 14, n. 4, pp. 21-33. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>. Acesso em 18 set. 2021

MARICATO, Ermínia. Metr pole, legisla o e desigualdade. **Estudos Avançados** [online]. 2003, v. 17, n. 48, pp. 151-166. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Acesso em 18 set. 2021

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *A o es para o enfrentamento ao racismo na m dia*. Coordenadoria Nacional de Promo o de Igualdade de Oportunidades e Elimina o da Discrimina o no Trabalho. ago. 2020. Disponível em: s://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/acoes-para-o-enfrentamento-ao-racismo-na-midia-1/@@display-file/arquivo_pdf Acesso em 02 out. 2021

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Cidade escassa e violência urbana. **Série estudos**, n. 91, p. 2, 1995. Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/banco%20artigos/Direito%20e%20Cidade/maria%20alice.pdf> Acesso em 01 set. 2021

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementa o de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 31-31, 2009. Disponível em: <https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/219> Acesso em 01 ago. 2021

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econ mico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos estudos CEBRAP**, n. 89, p. 89-109, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/RVtd8zVwYXXbP74GzMM7tsD/abstract/?lang=pt> Acesso em 18 set. 2021

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emo o**. São Paulo :Edusp, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SENNET Richard. **Construir e habitar:  tica para uma cidade aberta**. - 1^a ed.- São Paulo: Record, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 01 out. 2021

VERGARA-PERUCICH, José-Francisco. Construir y habitar, de Richard Sennett: por un nuevo ethos urbanístico para vivir juntos. **Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 48, n. 143, 2022. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/viewFile/EURE.48.143.17/1421> Acesso em 03 out. 2021